

2º CICLO
MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

**Relatório de Estágio: Divisão Municipal de
Relações Internacionais e Protocolo –
Câmara Municipal do Porto
Ana Soraia Pereira Vasconcelos Freitas**

M

2017



Ana Soraia Pereira Vasconcelos Freitas

**Relatório de Estágio: Divisão Municipal de Relações
Internacionais e Protocolo – Câmara Municipal do Porto**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pela Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

julho de 2017

Relatório de Estágio: Divisão Municipal de Relações Internacionais e Cooperação – Câmara Municipal do Porto

Ana Soraia Pereira Vasconcelos Freitas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pela Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Membros do Júri

Professor Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Liliana Reis
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade da Beira Interior

Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

À minha mãe, que sempre acreditou em mim

Índice

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Lista de Abreviaturas & Siglas.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1. Enquadramento teórico.....	14
1.1 Concetualização.....	14
1.2 As Relações Internacionais.....	16
1.3 Protocolo Autárquico.....	19
Capítulo 2. Câmara Municipal do Porto.....	21
2.1 Breve contextualização histórica.....	21
2.2 Estrutura Orgânica.....	23
2.3 Relações Internacionais.....	25
2.3.1 <i>Europe Direct Porto</i>	29
Capítulo 3. Estágio: Departamento de Relações Internacionais da Câmara Municipal do Porto.....	30
3.1 Metodologia e Objetivos.....	30
3.2 Atividades desenvolvidas no âmbito da DMRIP.....	32
3.3. Balanço final do estágio.....	60
Conclusão.....	66
Bibliografia.....	69
Anexos.....	71

Agradecimentos

À minha orientadora, a Prof.^a Doutora Teresa Cierco, por ter aceite orientar-me e por me ter ajudado a tornar este estágio uma realidade.

A toda a equipa da Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo. Em especial, ao Dr. João Pedro Frutuoso por tudo o que me ensinou, à D. Manuela Lessa pelo carinho que me demonstrou e ao Dr. Nuno Guerra pelas aulas de História que me deu.

Aos amigos de todas as horas. Sem vocês esta jornada não teria sido a mesma.

À minha família: o meu irmão, a minha cunhada e as minhas sobrinhas, Bianca e Dália. E porque nenhum agradecimento é grande o suficiente para tudo o que fizeste por mim. Obrigado Mãe por estares lá em todas as horas: nas vitórias e nas derrotas.

Mãe... conseguimos!

Segue o teu destino,
Rega as tuas plantas,
Ama as tuas rosas.
O resto é a sombra
De árvores alheias.

Ricardo Reis, in "Odes"

Resumo

As câmaras municipais regulam a vida daqueles que vivem nas suas cidades. Na cena internacional, as divisões municipais de Relações Internacionais assumem particular importância. O trabalho das pessoas que as integram pretendem espelhar o que de melhor aquelas cidades têm para oferecer.

O estágio foi realizado na Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo da Câmara Municipal do Porto no âmbito do Mestrado de História Relações Internacionais e Cooperação ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O objetivo deste estágio prendeu-se com a oportunidade de ter uma experiência profissional onde foi possível aplicar todos os conhecimentos obtidos na área das Relações Internacionais. Este é um trabalho articulado com o constante apoio dado às diversas tarefas da Divisão Municipal.

No final, foi possível elaborar um quadro onde estão presentes todos os Acordos de Geminção, de 1977 a 2016, e ficar a conhecer todos os processos pelos quais passam até chegar ao dia da assinatura propriamente dita. Destaque ainda para os conhecimentos adquiridos relativamente ao Protocolo Autárquico, os quais se encontram espelhados durante a descrição de todas as atividades realizadas.

Palavras-Chave: Relações Internacionais, Protocolo, Câmara Municipal, Porto.

Abstract

City Councils regulate the lives of their citizens. On the international scene, International Relations departments are of particular importance. The work of the people who integrate them intends to reflect the best those cities have to offer.

This internship was conducted at the International Relations and Protocol Department of Porto City Council as a part of History, International Relations and Cooperation Master's programme provided by Faculty of Arts of the University of Porto. The main purpose of this internship was to have the opportunity to undertake a professional experience, where the knowledge in the area of International Relations is applicable. This work is coordinated with the constant support provided to the various tasks of the International Relations Office.

At the end, a framework with all the twinning arrangements from 1977 to 2016 was elaborated. Also, it was possible to be familiar with all the processes that took place until the day of the signature. It is also important to refer to the acquisition of knowledge about Local Government Protocol, which is reflected in the description of all the activities carried out.

Key-Words: International Relations, Protocol, City Council, Porto.

Lista de Abreviaturas e Siglas

RI – Relações Internacionais

ANMP - Associação Nacional De Municípios Portugueses

RMP – Região Metropolitana do Porto

CMP – Câmara Municipal do Porto

DMRIP – Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo

DMRH – Divisão Municipal de Recursos Humanos

EDIC – Centro de Informação *Europe Direct*

UE – União Europeia

RCEP – Representação da Comissão Europeia em Portugal

RAEM – Região de Administração Especial de Macau

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

Introdução

No ano letivo de 2015/2016 integrei o primeiro ano do Mestrado de História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ainda no decorrer desse primeiro ano, e concretamente já no segundo semestre, iniciei os primeiros contactos com aquele que viria a ser o meu local de estágio. Depois de uma entrevista, fui aceite na Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo (DMRIP) da Câmara Municipal do Porto.

O estágio curricular de 400 horas iniciou-se a 24 de outubro de 2016 e terminou três meses depois a 24 de janeiro de 2017. Para esta instituição levei objetivos traçados que passaram não só pela aplicação dos conhecimentos teóricos que obtive durante o primeiro ano no mestrado, mas também pela compreensão da história da instituição, das suas normas e do funcionamento dos serviços de Relações Internacionais (RI). A minha vontade passava também por aproximar a comunidade do que se faz na Câmara Municipal do Porto ao nível das RI. Para isso, apresentei um projeto que se relacionava com os Acordos de Geminação. Este surgiu depois de, durante a preparação para a entrevista, ter verificado que existia uma enorme lacuna neste âmbito.

Na elaboração deste trabalho foram utilizadas fontes primárias, com recursos a leis e decretos de lei e fontes secundárias como monografias, artigos científicos e informação diversa obtida no site da instituição e no arquivo municipal.

O relatório está dividido em três capítulos gerais: (1) o enquadramento teórico; (2) a breve contextualização histórica e estrutura da Câmara Municipal do Porto; (3) as atividades desenvolvidas ao longo dos três meses de estágio na Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo.

O primeiro capítulo abrange os principais conceitos para uma melhor compreensão dos temas tratados ao longo do relatório e uma breve descrição sobre como é feita a divisão territorial do território português em termos de administração local. Num segundo momento, este capítulo aborda a evolução dos conceitos relacionados com as Relações Internacionais terminando com algumas considerações sobre Protocolo Autárquico, uma das áreas mais utilizadas no âmbito das ações desenvolvidas pela Divisão Municipal de Relações Internacionais da Câmara Municipal do Porto, local do estágio.

O segundo capítulo centra-se na instituição que nos acolheu: Câmara Municipal do Porto. Inicia-se por contextualizar a história da instituição, seguida por uma descrição da organização administrativa e executiva à data do estágio, sendo que, para a primeira se recorre ao organograma da instituição para melhor entendimento da questão.

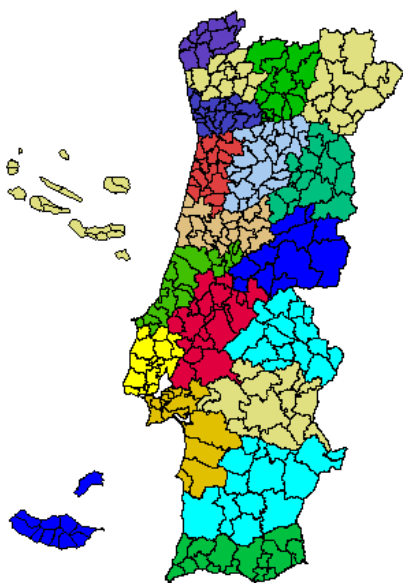
Por último, o terceiro capítulo centra-se sobretudo nas atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Estas atividades vão desde a organização de um determinado espaço para um determinado evento, passando pela elaboração de textos de apoio para reuniões sobre RI, até à divulgação do centro de informação *Europe Direct Porto* através de sessões informativas levadas às escolas da Região Metropolitana do Porto (RMP). No balanço deste relatório dá-se destaque, não só aos problemas encontrados no local de estágio, mas também se avançam com algumas soluções para a resolução dos mesmos. As últimas páginas serão ocupadas com as principais conclusões retiradas de cada um dos capítulos, seguindo-se de uma listagem da bibliografia usada e de alguns anexos.

Capítulo 1. Enquadramento Teórico

1.1 Concetualização

O território português está dividido em 18 distritos e 2 regiões autónomas. Nessa divisão administrativa do território, contam-se 308 municípios, onde cada um destes detém aquilo que denominámos por poder local.¹

Mapa dos municípios portugueses



Fonte: ANMP

O poder local em Portugal está denominado pela República Portuguesa como aquele que “(...) integra as freguesias, os municípios e também as associações de municípios”.² Para além disso, podemos pensar que são os Homens eleitos para os cargos das Câmaras Municipais que têm a responsabilidade de zelar pela vida dos seus munícipes, uma vez que, a nível nacional, a escala de cidadãos é mais extensa. Posto isto, o poder local torna-se imperativo para regular e resolver os problemas locais da vida de cada um de nós.

¹ Estas informações encontram-se de forma detalhada no *site* da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, disponível em <http://www.anmp.pt/index.php> (consultado em 03.05.2017).

² Informação retirada de <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-poder-local/o-poder-local.aspx> [Consult. em 03.05.2017]

Nesta explicação incluímos uma nova denominação, a de Câmara Municipal. Segundo o Dicionário Integral da Língua Portuguesa, o vocábulo “Câmara” pode ter várias perceções, mas só estas duas se enquadram neste assunto: “(...) o edifício onde se reúne a vereação ou a assembleia legislativa;” e “(...) conjunto de pelouros que constituem a administração municipal”. (2009: 294). Compreendendo as duas definições podemos concluir que uma Câmara Municipal é um edifício onde se reúne uma vereação que foi escolhida para ocupar um conjunto de pelouros, e assim, constituir a administração municipal responsável por, como dito anteriormente, zelar pela vida dos munícipes.

É no regime jurídico das autarquias que se versam sobre as principais áreas de atuação municipal. Esta atuação é feita a dois níveis: nacional e internacional. Noutras palavras, o Estado transfere algumas das suas competências com os cidadãos para junto do poder local que, em Portugal se materializa nas câmaras municipais. As câmaras municipais chamam para si um conjunto de obrigações, para com a comunidade por ela abrangida, que se estendem a diversos espectros. É com vista a regular todos estes aspetos que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro³ é criada. O artigo 3.º sublinha as principais competências do poder local como sendo a consulta, o planeamento, o investimento, a gestão, o licenciamento e controlo prévio e a fiscalização. Mais assegura que:

A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.⁴

Continuando a analisar a dita lei, encontramos também as disposições relativas às funções específicas de cada uma das câmaras municipais em Portugal. Em linhas gerais, estas aplicam-se à regulação da vida dos munícipes, podendo encontrar-se assuntos de natureza diversa. A título de exemplo, as suas competências ao nível da saúde passam pela promoção de boas práticas dando, para isso, o seu apoio a diversas atividades sociais, culturais, educativas e desportivas; é também a autarquia que dá autorização para a utilização dos edifícios da cidade; entre outras disposições que poderão ser encontrados no artigo n.º 33 relativo às competências materiais.

³ Surge no seguimento da revogação à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

⁴ Retirado do artigo 4.º da dita lei;

Ao nível internacional, os municípios têm o poder de deliberar sobre a participação em projetos e ações de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É também nesse âmbito que aparecem as geminações, que entre outras coisas promovem o turismo e os seus produtos locais.

As geminações com outras cidades espalhadas pelo mundo são essenciais para o seu próprio desenvolvimento. Estes acordos de geminação caracterizam-se pela assinatura de um acordo entre dois municípios de países diferentes, em que, dispostos por diversos pontos, ambos se comprometem a transmitir o seu conhecimento em determinada área para que a outra parte do dito contrato possa melhorar esse aspeto na sua cidade. Por outras palavras, esta área prende-se com as Relações Internacionais.

1.2 As Relações Internacionais

As Relações Internacionais (RI) são vistas como uma ciência social. Tal como qualquer outra tem especificidades próprias e são essas que consideramos serem interessantes de analisar nos próximos parágrafos. Ao contrário das ciências exatas, as ciências sociais têm balizas pouco convencionais. As suas divisões não são estabelecidas em algo palpável, mas sim numa “distinção originária e insuperável” tendo as suas origens em momentos históricos específicos fruto do mundo fragmentado em que vivemos (SANTOS, 2007: 25). Por outras palavras, um determinado assunto pode ser estudado do ponto de vista da História, mas também da Sociologia. A interdisciplinaridade nas Relações Internacionais aparece em relação a várias áreas como a Ciência Política e a Sociologia, áreas das quais se foi gradualmente distanciando.

Antes de podermos facultar uma definição do que são as RI atualmente, é importante percebermos a origem do conceito das RI sendo necessário para isso a compreensão do pensamento dos vários teóricos neste tema.

As RI surgem, enquanto disciplina individual, no Reino Unido após a Primeira Guerra Mundial, pois acreditava-se na vantagem da sistematização e concentração dos conhecimentos sobre o campo internacional numa única disciplina. Apesar de só no século XX as RI terem sido criadas do ponto de vista académico, Pedro Cardim (2004: 29) refere ter existido um outro ponto de viragem para a forma como as Relações

Internacionais, enquanto objeto útil de negociação e de alcance de paz, eram percebidas: o Congresso de Vestefália (1643-1684). Este versava, pelo menos em teoria, o reconhecimento da igualdade jurídica entre todos os estados, qualquer que fosse o seu tamanho e/ou importância política. Tal como na criação da Sociedade das Nações (1919), para alcançar a paz entre os estados, também o Congresso de Vestefália pretendia a criação de um dispositivo que se preocupasse com os interesses de todos os estados e que mediasse as relações entre eles.⁵ Também aparecem outras hipóteses, no Pós-Segunda Guerra Mundial, com a publicação do livro “Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace” (1948) escrito pelo professor norte-americano Hans Morgenthau.

A primeira dificuldade para as RI começa desde logo com a definição do seu objeto de estudo. Enquanto objeto da Ciência Política, Jacques Huntzinger parte da “«definição clássica» do objeto, que se refere ao estudo específico das políticas de relação desenvolvidas entre os estados (...) permitindo equiparar as relações internacionais às relações diplomáticas interestatais” (SANTOS, 2007: 27). Este revivalismo clássico aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, onde se sublinha a formulação da ideia da balança de poderes ou se atenta na teorização política de Nicolau Maquiavel em “O Príncipe” (1531). Deste último pretendia-se retirar a essência do fenómeno político e da estreita relação estabelecida entre este e a natureza humana (FERNANDES, 2011: 45).

Já em 1950, o Relatório da UNESCO sobre “Ciência Política Contemporânea” dava conta de que as RI seriam uma das quatro áreas da Ciência Política. Por outras palavras, esta última seria uma área de conhecimento de carácter geral, composta por quatro ciências políticas particulares, sendo uma delas as Relações Internacionais, que estudariam o exercício do poder em relação a outras unidades politicamente organizadas em Estados. As Relações Internacionais tornaram-se a área da Ciência Política que hoje chamamos de Política Internacional. Porém, as dificuldades em organizar o conteúdo científico das RI num conceito próprio continuavam.

⁵ Ainda que o próprio autor, Pedro Cardim, reconheça que a «Paz de Vestefália» do ponto de vista do impacto no campo das relações externas tenha deixado a desejar, uma vez que o respeito pela soberania só pontualmente foi cumprido e a noção de igualdade, apesar de tantas vezes proclamada, só em raras ocasiões foi efetivamente aplicada (2004: 33).

A evolução das RI, que registamos até ao momento, resultou da cada vez maior importância dada à política internacional, especialmente depois das consequências resultantes dos dois conflitos mundiais sobre o conjunto da sociedade internacional.

Em Portugal, a teorização das Relações Internacionais foi praticamente inexistente até à década de 60 do século XX com as contribuições de Adriano Moreira. (MENDES, s/d: 6). O professor catedrático considerava que as relações internacionais começam por estudar as “(...) entidades básicas para depois estudar as conexões exteriores” (SANTOS, 2007: 27), enquanto que a Ciência Política faz o percurso contrário. Adriano Moreira remete as Relações Internacionais para “um ramo” da Ciência Política, considerando que é a diplomacia cada vez mais complexa que tornou aquilo que as RI são hoje (MOREIRA, 1999: 37). Ao contrário de outros autores, analisa o que afirma serem as diversas perspetivas desta área: europeia, norte-americana, soviética e «terceiro-mundista». A perspetiva anglo-saxónica foi até então sempre muito valorizada, mas é necessário atentarmos na realidade europeia pois, tal como sublinha Adriano Moreira, foi aqui que “(...) nasceram todos os problemas que viriam a constituir aquilo que hoje autonomizamos com o nome de relações internacionais (...)” (*idem*: 113).

Atualmente, e como resultado deste progresso e do fenómeno a que chamamos de Globalização, “(...) o estudo das Relações Internacionais abriu-se a novas dimensões, tais como os fenómenos das organizações internacionais, os processos de integração regional, a estratégia nuclear, os problemas do desenvolvimento socioeconómico, etc” (SOUSA, 2005: 159). Não obstante, os contornos das RI continuam a não estar bem definidos, e por isso, é difícil alcançar um consenso entre os especialistas relativamente ao seu objeto de estudo.

Transportando este ponto de vista para Portugal, as Relações Internacionais são tratadas, diplomaticamente, a dois níveis: nacional e local. Este último é feito pelas câmaras municipais, mais concretamente por uma equipa de técnicos que se ocupa destes assuntos. Estas equipas constituem, normalmente, departamentos municipais onde se organizam eventos, sessões solenes e assinaturas de tratados e acordos de geminação. Para esta organização, é necessário recorrer, ao Protocolo de Estado.

1.3 Protocolo Autárquico

Os conceitos de Relações Internacionais e de Protocolo podem funcionar de forma separada, mas também como um complemento. Depois de já termos analisado o significado de Relações Internacionais, o Protocolo é um instrumento de política externa que está intimamente ligado ao Protocolo Diplomático, ou por outras palavras, ao conjunto de honras e privilégios externos que se devem prestar aos representantes dos diversos Estados (SERRANO, 2011).

Em Portugal, a lei que regula a hierarquia e o relacionamento protocolar das altas entidades públicas é a Lei n.º 40/2006, de 25 de agosto. Até à promulgação desta lei, as regras de protocolo eram consagradas pelo costume, ou seja, pelas práticas seguidas ao longo do tempo, fazendo com que estas adquirissem uma natureza quase obrigatória. Nos seus princípios gerais, esta estipula o seu carácter nacional, mas sublinha também que se aplica às representações diplomáticas e consulares de Portugal no estrangeiro.

Estabelece a garantia de pluralismo assegurando que “(...) a representação dos órgãos de composição pluripartidária deve incluir sempre membros da maioria e da oposição” (Artigo 3.º). É a Secção II, artigo 7.º aquele que se reveste de maior importância. É nesse artigo que é listado a hierarquia ou precedências das altas entidades públicas. Analisando, as três figuras mais importantes são: o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro, respetivamente. No caso de os conjugues destas entidades terem sido convidados ser-lhes-á atribuído um lugar equiparado às posições de quem acompanham.

Até agora falamos de Protocolo de Estado. Este é oficial e aquele que vigora em todo o território nacional. O protocolo também se detém sobre as regras a adotar em ambiente autárquico. Nas palavras de Carlos Fuente Lafuente, este sublinha que as câmaras são “(...) cauces inmediatos de participación ciudadana em los asuntos públicos(...)” (2006: 543).

Aquilo pelo que vamos denominar de Protocolo Autárquico preocupa-se com tudo o que diz respeito às normas a seguir dentro de um município. Estas regras passam pelos símbolos da autarquia até à mudança da lei das precedências sempre que as cerimónias

tenham a organização oficial das câmaras municipais. Mas o que muda? Na Lei das precedências do Protocolo do Estado Português, os artigos 31.º, 32.º e 33.º tratam das questões relativas às autarquias locais “(...) considerando a presença de autarcas numa cerimónia oficial no âmbito de um órgão autárquico” (LOPES, 2009: 131).

Um Presidente da Câmara no seu município goza do estatuto equivalente ao dos ministros, ou seja, é ele que preside aos atos realizados nos Paços do Concelho ou organizados pelo respetivo município. Porém, existem exceções. Estas surgem caso o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República ou o Primeiro-Ministro estejam presentes. Caso contrário, para além do Presidente da Câmara gozar do estatuto equivalente ao de um ministro, este também preside à mesa de honra, lugar do qual nunca fica de fora. A ordem de precedências dos Vereadores segue de acordo com a ordem com que tomaram posse, independentemente do partido político por que são eleitos. Por fim, os Presidentes das Assembleias Municipais presidem sempre às respetivas sessões, sobrepondo-se aos Vereadores.

Tendo-se explicado as precedências no caso dos atos oficiais terem lugar nos Paços do Concelho de um determinado município, é importante também explicar que esta ordem estabelecida é para ser cumprida mesmo dentro de um automóvel, num teatro ou no caso de cerimónias usualmente associadas às autarquias, como é o caso do encerramento de uma placa toponímica, o lançamento de uma primeira pedra que inicia a construção de um edifício ou a inauguração de uma obra.

2. Capítulo - Câmara Municipal do Porto

2.1. Breve contextualização histórica

O burgo medieval onde poderíamos identificar a Invicta sofreu constantes alterações num processo de contínua expansão, assim como a outrora Casa da “Rolaçam” da segunda cidade do Reino. O primeiro espaço é documentado, pela primeira vez, em 1324 e mais não é do que um local “destinado às reuniões e outros serviços da Câmara (...) feito de «tabuados», situada «junto com as paredes da Sé»” (SOUSA,2012:15). Também conhecida por Torre da Câmara, o edifício institucional manteve-se a funcionar em edifícios religiosos⁶ ou em casas da fidalguia portuense⁷ arrendadas até transitar para o edifício da Sé do Porto em 1916. Estas casas foram usadas por necessidade de constantes mudanças devido, maioritariamente, às más condições de construção de todos os espaços que a Câmara foi habitando⁸.

O reconhecimento da necessidade de o Porto ter uma Câmara Municipal com um espaço próprio e independente e onde não tivesse de partilhar esse espaço com outros serviços foi a razão pela qual se iniciaram novos estudos para a projeção de um novo edifício municipal. Esse projeto ficou conhecido como o Plano Barry Parker, aprovado em fevereiro de 1916. O referido plano conferiu ao centro da cidade a atual configuração, ligando a Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e a Praça General Humberto Delgado. Desde o final do século XIX que se foram fazendo vários estudos para encontrar o melhor local para este novo edifício, cuja decisão só ficou conhecida em 1920, como mostra a Ata de Vereação desse ano, onde também se encontram regulamentados os orçamentos e os autores responsáveis pelo traçado da obra. A partir de 1923, iniciam-se novos trabalhos para elaborar as esculturas que deveriam decorar a fachada principal deste edifício unicamente construído para ser o principal monumento da cidade do Porto. Contudo, por insuficiência de verbas, os trabalhos ficam inertes até aos anos quarenta. É a partir dessa

⁶ Como o Convento de São Lourenço dos Agostinhos Descalços (1784- 1805) ou a Real Casa Pia (1805-1819) (SOUSA, 2012)

⁷ A Casa Monteiro Moreira (1819-1916) e a Casa Morais Alão/Amorim da Gama Lobo (1864-1916) (Sousa, 2012)

⁸ Até aqui são frequentes as notícias de derrocadas e inundações nestes locais.

década que em visita ao município o engenheiro Duarte Pacheco deteta vários problemas na construção do edifício, ordenando assim que a melhor solução seria que os Paços do Concelho se mantivessem onde se mantinham há já 30 anos: no Paço Episcopal. Desde esse momento, foram emitidos inúmeros pareceres, os quais ficaram registados em ata, em que se pedia a restituição do Paço Episcopal a quem de direito.

Em 1947, começam as novas obras que não parariam mais até 1955. Porém, durante esse processo, novos problemas foram detetados. No início dos anos cinquenta, foram necessárias novas alterações ao projeto, sendo elas a construção de novos acessos e a suspensão do baldaquino⁹ da torre (PINTO, 1990: 23). Estes novos acessos mais não eram do que novas rampas e mais uma vez tornaram-se a razão para se encontrar novos inconvenientes nesta obra que já durava há várias décadas. Estas rampas de acesso estrangulavam exageradamente o trânsito em duas das principais ruas que ladeavam a vulgarmente conhecida por Avenida dos Aliados: Rua dos Fenianos e Rua de António Sardinha. Decorria já o ano de 1953 quando se concluíram os assentamentos dos portões de acesso, grades laterais e portas de ferro e bronze.

Resumidamente, o projeto iniciou-se em 1916 pela iniciativa do Vereador do Pelouro das Obras, Sr. Manuel Caetano de Oliveira. A responsabilidade pelo traçado foi pela mão de António Correia da Silva, 1.º oficial arquiteto da Câmara Municipal do Porto. Em breves palavras para a Revista Municipal “Civitas”¹⁰ em 1946, António Silva sublinha que “a Cidade do Porto tem agora como seus Paços Municipais, um edifício monumental, com ótimos e ricos acabamentos e razoável recheio, que dignificaria qualquer cidade europeia” (PINTO, 1990: 80).

O edifício inaugurado em 1957, pelo então Ministro do Interior, Doutor Trigo de Negreiros e o então Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira, conta com 2.438 m², seis pisos com dois pátios interiores e uma cave. A Presidência, a Vereação e as Salas encontram-se no 3º piso, onde existe uma escadaria de acesso; os serviços administrativos e alguns serviços técnicos distribuem-se pelos restantes andares. Considera-se importante salientar a disposição de cada sala no espaço dos Paços do

⁹ Obra arquitetónica em forma de coroa sustentada por colunas.

¹⁰ Revista de Março de 1946 – ANO II, p. 70-71.

Concelho, uma vez que, durante o estágio, muitas destas áreas foram utilizadas para realizar as mais diversas tarefas.

Até então eram os ‘homens bons’, que conhecemos como pertencentes à fidalguia, que tomavam as decisões pertencentes à autarquia. No século XIV, a distribuição de tarefas fazia-se por juízes, vereadores e um procurador da cidade a que, mais tarde, se vão juntando os mesteres¹¹ de escrivão, tesoureiro, almotacé¹² e procurador do povo. Em 1822, logo após o início do período liberal, Tomás da Silva Ferraz é eleito para Presidente da Câmara Municipal do Porto. Seria ele o primeiro a exercer este mandato. Por outras palavras, “a eleição de Tomás da Silva Ferraz marca, com efeito, uma rutura com a forma de aquisição do mandato pelos juízes de fora do Antigo Regime que presidiam às Câmaras mais importantes do país, nomeadamente à do Porto, e que eram nomeados pelo Governo” (SOUSA, 2013; 9).

É já no século XX que através do Código Administrativo de 1936-1940, o Presidente da Câmara volta a ser escolhido por nomeação do governo. Tais predisposições mantêm-se até à Revolução de 25 de abril de 1974, onde todos os órgãos do poder local passam a ser eleitos por sufrágio universal.¹³ É também neste enquadramento do século XX que se fixa o número de 12 vereadores por município, sendo que este é um número que ainda vigora, como podemos ver no próximo ponto.

2.2. Estrutura Orgânica

O atual mandato da Câmara Municipal do Porto iniciou os seus trabalhos em outubro de 2013 e até ao próximo mês de outubro tem o seu executivo constituído pelo Presidente da Câmara, Engenheiro Rui Moreira, e por 12 Vereadores, sendo que a cinco deles não lhes foi atribuído pelouro. Em 2013 foi, pela primeira vez na Cidade do Porto, eleito um Presidente de um Partido Independente, intitulado “Porto – O Nosso Partido”. É fruto dessa filiação que surgem grande parte dos nomes que ocupam os pelouros

¹¹ Cargo ou atividade profissional;

¹² Antigo inspetor de pesos e medidas que fixava o preço dos géneros;

¹³ Informações do Arquivo Municipal do Porto disponíveis em <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/18354/> [consultado em 30/04/2017]

criados, salvo algumas exceções onde os vereadores pertencem a partidos com história já conhecida.

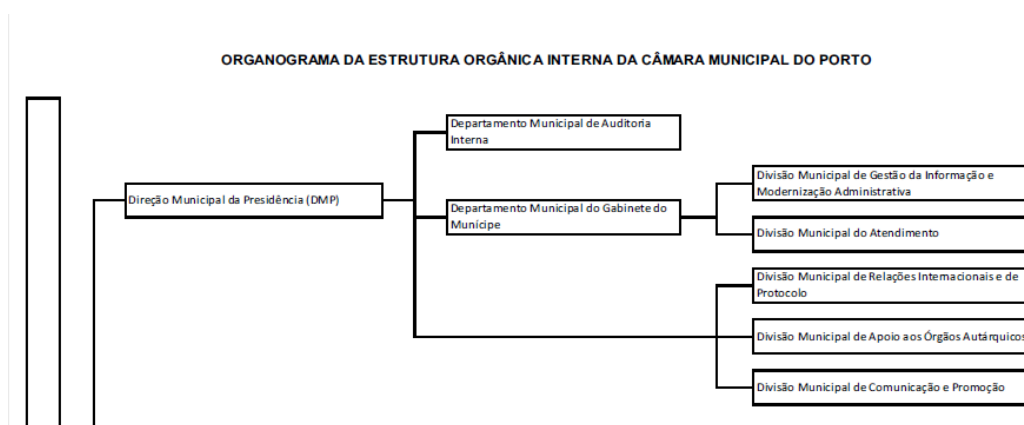
O atual Presidente da Câmara Municipal é Rui Moreira e o seu braço direito é a Dra. Guilhermina Rego, que ocupa o cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal. Ela é ainda responsável pelo Pelouro da Educação, Organização e Planeamento. O facto de ser vereadora da educação é a razão pela qual está muitas vezes presente em eventos ligados, por exemplo, à receção de alunos da Universidade do Porto em mobilidade graças aos Programas Erasmus+ na sua vinda para a Cidade do Porto.

Os outros pelouros são ocupados pelo Dr. Filipe Araújo, vereador da Inovação e Ambiente; Dra. Cristina Pimentel, do Pelouro da Mobilidade; Dr. Manuel Aranha, que surge para substituir o Dr. Paulo Cunha e Silva, e onde lhe é atribuído o Pelouro do Comércio, Turismo e Fiscalização. O Dr. Manuel Pizarro que ocupa o cargo de Vereador da Habitação e Ação Social. E, em último lugar, o Dr. Manuel Correia Fernandes e o Dr. Ricardo Valente que ocupam os Pelouros do Urbanismo e o Pelouro do Desenvolvimento Económico e Social, respetivamente.

Desta feita ficaram sem pelouro a Dra. Carla Sousa, o Dr. Alberto Amorim Pereira, o Dr. Pedro Carvalho e o Dr. Rui Loza. Ainda que não fazendo oficialmente parte do executivo, mas com funções importantes e reconhecidas, o Dr. Miguel Pereira Leite é o atual Presidente da Assembleia Municipal.

À parte da estrutura executiva, também é importante conhecer a macroestrutura relativa às direções, departamentos e divisões municipais. A Câmara Municipal do Porto tem, à data, treze direções municipais, os quais estão subdivididos em diversas divisões. Uma parte destas divisões podem ser observadas na figura 1 que nos mostra uma parte do organograma da Câmara Municipal do Porto onde surge a Divisão Municipal das Relações Internacionais e de Protocolo, lugar onde foi efetuado o estágio curricular.

Figura 1 – Parte do Organograma da Câmara Municipal do Porto



Fonte: Câmara Municipal do Porto

A mais importante, facilmente depreendido pelo nome, é a Direção Municipal da Presidência. O seu diretor é o Dr. Fernando Paulo de Sousa. No interior desta estão diversas divisões e departamentos municipais, das quais se destacam a Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo, que trabalha diretamente com o diretor da direção municipal, com o Presidente da Câmara Municipal do Porto e com a respetiva chefe de gabinete. O Chefe de Protocolo da Câmara Municipal do Porto é o Dr. João Paulo Cunha.

2.3. Relações Internacionais

Relembrando a importância da cooperação com outros municípios como uma das principais responsabilidades de uma câmara, os serviços de Relações Internacionais são, em conjunto com o departamento responsável por gerir as questões da presidência, os encarregados de elaborar os diversos acordos de cooperação externa, designados de gemação.

A atual estrutura da divisão resultou de um aglutinamento entre o Protocolo e as Relações Internacionais em 2010, durante o mandato do Dr. Rui Rio. Até à data, apenas existia a Divisão Municipal de Relações Internacionais que tratava de toda a “atividade internacional” centrada em duas diretrizes fundamentais: a participação nos processos de decisão multilateral, essenciais ao desenvolvimento, à coesão territorial e à projeção internacional da cidade e dos seus agentes; e a intervenção no espaço da Lusofonia, alicerçada na promoção da língua e da cultura portuguesas e na ajuda ao desenvolvimento.

Estas atividades de cooperação internacional provêm dos anos setenta, altura em que a sua principal ação eram as geminações com outras cidades. A ideia consistia em obter capacidades e procurar conhecimento naquilo que já havia sido desenvolvido noutras cidades estrangeiras para, não só, reorganizar os serviços municipais, como também, prestar melhores serviços aos munícipes. Quando Portugal aderiu, em 1986, à Comunidade Económica Europeia estes acordos tornaram-se cada vez mais frequentes, e é por isso que, em 1992, decide-se criar este serviço de Relações Internacionais.

De forma a dar ao Porto uma maior dimensão internacional foram estabelecidas linhas orientadoras nesse âmbito, para os quais se traçaram alguns objetivos. Uma dessas linhas orientadoras está relacionada com a agenda regional no contexto europeu, ou seja, trabalhar a agenda europeia em consonância com os interesses do que constitui uma prioridade para a autarquia portuense. Na prática, promove-se uma participação política ativa através de plataformas como a Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro ou a Fundação Luso-Espanhola Rei Afonso Henriques. A segunda linha prende-se com a cooperação descentralizada ou, por outras palavras, a obtenção de *know-how* técnico de outras cidades para a contínua inovação e qualidade dos serviços económicos, culturais e turísticos. Este objetivo traduz-se na assinatura de Geminações, Protocolos de Cooperação ou em representações diplomáticas e consulares.

A Lusofonia é outro dos pontos de interesse que tem como principal plataforma de ação a Bolsa de Cooperação Cidade do Porto, que promove as iniciativas de ajuda ao desenvolvimento, não só ao nível linguístico, como também da Educação, Saúde Pública, Ambiente e Património e Urbanismo. As duas últimas linhas orientadoras centram-se na missão de dar visibilidade ao município e traduzem-se na aproximação aos cidadãos e na organização interna e comunicação, em que nesta última se insere a comunicação internacional. A partir de 2010, esta divisão tornou-se a atual Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo, onde o protocolo passou a ter também um interesse prioritário.

A área de Relações Internacionais é também marcada pelo apoio nos acordos de Geminação que são assinados pelo Município do Porto com outros municípios

internacionais. Como já foi mencionado estes têm várias designações sendo usualmente chamados de Acordos de Geminação. Como se pode ver no quadro 1, no Município portuense estes tratados assumiram não só a denominação de Acordo de Geminação, como outras que são transcritas abaixo.

Quadro 1 – Acordos de Geminação da Câmara Municipal do Porto

Compromisso Solene de União com o Município de Liège, Bélgica - 29 de setembro de 1977.
Acordo de Geminação com o Município de Ndola, Zâmbia - abril de 1978.
Declaração Conjunta com o Município de Nagasaki, Japão - 26 de maio de 1978
Acordo de Geminação com o Município de Recife, Brasil - 4 de junho de 1981
Acordo de Geminação com o Município da Beira, República Popular de Moçambique - 23 de junho de 1989
Compromisso Solene com o Município de Bordeaux, França - 4 de abril de 1990
Tratado de Amizade com o Município de Bristol - 11 de abril de 1984
Acordo de Cooperação e Amizade com a Cidade de Jena, República Democrática Alemã - 20 de dezembro de 1984; Este foi renovado por "alterações políticas e sociais" a 9 de abril de 1991
Acordo de Geminação com o Município de Vigo, Espanha - 24 de outubro de 1986
Acordo de Geminação com o Município de Duruelo de La Sierra, Espanha - 23 de junho de 1989
Compromisso Solene de União com o Município de São Vicente, Cabo Verde - 22 de junho de 1993
Acordo de Cooperação com o Município de Lembá, República Democrática de São Tomé e Príncipe - 6 de julho de 1994
Acordo de Geminação com o Município de Shanghai, China - 15 de abril de 1995
Protocolo de Geminação com o Município de Macau, China - 26 de junho de 1997
Acordo de Geminação com o Município da Cidade de Luanda, Angola - 7 de junho de 1999

Protocolo de Geminação com o Município de León, Espanha - 9 de julho de 2001
Acordo de Geminação com o Município de Santos, Brasil - 28 de maio de 2015
Acordo de Geminação e Cooperação Técnica com o Município da Cidade de Guatemala, República de Guatemala - 15 de dezembro de 2015 (Assinado apenas pelo Presidente da Câmara do Porto)
Pré-acordo para Acordo de Geminação com o Município de Marsala, Itália - 12 de maio de 2016
Acordo de Geminação com o Município de Shenzhen, China - 31 de outubro de 2016

Fonte: Elaborado pela autora com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto

Analisando os conceitos encontramos palavras diferentes como “cooperação”, “amizade”, “compromisso solene”, que expressam a mesma finalidade: manter um diálogo bilateral sobre os pontos fortes de cada município com vista a ajudarem-se mutuamente a melhorar determinadas características na sua cidade. Por vezes, estes acordos são alvo de uma retificação na tentativa de, sobretudo, se adaptar às novas necessidades dos municípios contratantes.

Na área do Protocolo, e tal como o autor Lídio Lopes afirma, começa a verificar-se uma inclusão dos serviços de Protocolo por todas as Câmaras Municipais e “(...) normalmente coincidente com as áreas de relações públicas ou com as relações internacionais e, quase sempre, adstrita ao Gabinete da Presidência” (LOPES, 2013:142). A Câmara Municipal do Porto, como já podemos depreender, encaixa no segundo caso.

A Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo (DMRIP), tem como principal missão garantir a projeção nacional e internacional do Município através de estratégias que estimulem a participação no processo de construção europeia e que garantam a aplicação das regras protocolares. O Chefe de Protocolo é o Dr. João Paulo Cunha, tendo seis técnicos superiores e duas técnicas administrativas. Todos eles trabalham tendo em conta os interesses dos diferentes agentes locais no que respeita às iniciativas internacionais e de forma a promover uma comunicação internacional e

protocolar eficaz que em última instância resulta de uma imagem positiva das atividades do Município.

2.3.1. Europe Direct Porto

No interior da DMRIP concentram-se também outras atividades, resultantes da já mencionada importância na participação no processo de construção europeia e materializada sob a linha orientadora de aproximação aos cidadãos. O Centro de Informação *Europe Direct Porto*, um organismo oficial de informação europeia, é dinamizado no espaço dos Paços do Concelho desde 2005, no âmbito da convenção-quadro estabelecida com a Comissão Europeia, tendo como principal responsabilidade garantir um atendimento personalizado e gratuito a todos os cidadãos sobre as questões europeias.

Em Portugal, contam-se 19 centros de informação espalhados pelo país que pretendem responder a todos os pedidos e dúvidas relacionados com a União Europeia sobre os direitos dos cidadãos na UE, possibilidades de financiamento; convites para assistir a sessões de informação/desenvolvimento de redes organizadas a nível local; documentos e publicações da UE; referências de outras fontes de informação; coordenadas de contacto de organizações relevantes. Algo que também é muito importante, é o trabalho que estes centros de informação europeia têm em fornecer todas estas informações nas 24 línguas oficiais da UE.

Para além de ser um espaço de atendimento ao cidadão, este centro assume também a responsabilidade de educar, em espaço escolar, as gerações mais jovens contribuindo assim para uma maior consciência europeia não só no presente, mas também no futuro. É neste âmbito que as atividades feitas através do EDICPORTO serão, maioritariamente, apresentadas. Deste modo, o centro de informação europeia vai de encontro a um dos objetivos estratégicos definidos pela Câmara para a realização do estágio, o de “garantir informação atualizada de temáticas europeias, utilizando uma abordagem inovadora e de proximidade”. Estas atividades materializam-se nas sessões de “A Europa vai à Escola!”, as quais irão ocupar uma parte significativa do estágio e das funções que nos foram designadas.

3. Capítulo - Estágio: Divisão de Relações Internacionais e Protocolo

3.1. Metodologia e Objetivos

No ano letivo de 2015/2016 integrei o Mestrado de História, Relações Internacionais e Cooperação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ainda antes de concluir o primeiro ano, e sempre tendo em vista a escolha da via profissionalizante, comecei a procurar instituições que pudessem vir a ser o meu local de estágio.

Desde logo, a Câmara Municipal do Porto apresentou-se como a melhor possibilidade. Iniciei os contactos durante o mês de abril, e a 24 de outubro de 2016 iniciei o meu estágio curricular na Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo (DMRIP). Este teve a duração de 400 horas, acordando um horário de 7 horas diárias e terminou três meses depois, a 24 de janeiro de 2017. Para elaborar este relatório foram utilizadas fontes primárias, com recursos a leis e decretos de lei e fontes secundárias, como monografias, artigos científicos e informação diversa obtida no site da instituição e no arquivo municipal.

Como se poderá depreender aquando do relato das atividades desenvolvidas nesta divisão municipal, o meu trabalho consistiu na sua maioria em ajudar logisticamente, quer na preparação de eventos, quer no decorrer dos mesmos. Para além disso, desloquei-me diversas vezes a vários concelhos da área metropolitana do Porto, com vista a participar em ações promovidas pelo *Europe Direct Porto* (EDIC Porto).

Objetivos delineados para o estágio:

- Melhorar as competências de comunicação;
- Melhorar as competências de pesquisa e redação;
- Contactar com a realidade de uma Câmara;
- Conhecer a instituição e as suas normas;

- Apoiar a Direção Municipal de Relações Internacionais e Protocolo nas suas atividades diárias;
- Conhecer quais os Acordos de Geminação feitos com a cidade do Porto;
- Elaborar uma tabela com os acordos de geminação realizados pela Câmara;
- Aplicar na prática conhecimentos teóricos obtidos na parte curricular do mestrado;
- Perceber o tipo de atividades que são desenvolvidas pelo departamento de RI de uma Câmara;
- Obter conhecimentos teóricos e práticos relativos ao protocolo de Estado e protocolo Autárquico;
- Compreender quais os critérios para assinar um Protocolo de Geminação com determinada cidade;
- Analisar se a atividade da DMRIP se imiscui com a política que se faz na Câmara Municipal do Porto;
- Perceber quais os principais embaraços e limitações da DMRIP;
- Compreender de que forma a DMRIP se relaciona com outras divisões/departamentos da Câmara Municipal do Porto;
- Comparar a DMRIP com outros serviços de RI de outras Câmaras do País;
- Analisar o funcionamento de outros organismos internacionais de poder local tendo por comparação o exemplo nacional;
- Analisar o que é feito pela Câmara Municipal do Porto, e concretamente pela DMRIP, para incluí a comunidade nos assuntos internacionais;
- Perceber qual a «fatia» de orçamento que é disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto para a Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo;

A entrevista foi feita em setembro e conduzida pelo Dr. João Pedro Frutuoso e pela Dra. Alexandra Neto. Numa primeira parte foram-me colocadas perguntas acerca da

minha experiência acadêmica e profissional, indo de encontro ao que já tinham conhecimento através do meu *curriculum vitae*. Concretamente, tiveram interesse no meu nível de língua inglesa, uma vez que esta é muito importante para a comunicação com outros países dentro deste departamento. A segunda parte da entrevista foi acerca do estágio propriamente dito, ou seja, procurar saber o porquê da minha escolha pela Câmara Municipal do Porto e quais os meus objetivos e expectativas. Nesse momento expus a minha vontade em criar um website com informação relativa aos acordos de geminação feitos entre o Porto e outras cidades pelo Mundo, uma vez que, durante a minha preparação para aquela reunião, a informação que encontrei sobre o tema era praticamente inexistente e, acima de tudo, muito desatualizada. Numa última fase, a conversa decorreu acerca das expectativas do trabalho que eu, enquanto estagiária, podia realizar com a equipa da divisão, particularmente a minha disponibilidade em trabalhar durante os fins-de-semana caso as atividades assim o exigissem.

Foi depois desta entrevista que fui aceite para a realização do estágio curricular, tendo por orientador das minhas ações na DMRIP, o Dr. João Pedro Frutuoso. O projeto final para este estágio prendia-se com a divulgação dos Acordos de Geminação para a comunidade, tema que será abordado ao longo deste capítulo.

3.2. Atividades desenvolvidas no âmbito da DMRIP

Durante os 3 meses de estágio foram desenvolvidas várias atividades que descrevemos de seguida.

‘Conhecer os cantos à casa’

Nos primeiros dias de estágio, as tarefas passaram por conhecer todos os métodos de trabalho da equipa em que fora inserida. No primeiro dia pude visitar todos os espaços dos Paços do Concelho, para que mais tarde pudesse movimentar-me sem problemas. A DMRIP fica no sexto e último piso dos ditos Paços, e desde que se agruparam as atividades de Relações Internacionais com a de Protocolo, ocupa uma grande parte deste andar. No quarto piso encontra-se a Divisão de Comunicação, doravante chamada apenas

de “Comunicação”, e no terceiro piso todo o staff da Presidência. Como pude perceber ao longo dos três meses de trabalho, estes eram os departamentos com quem a DMRIP mais coopera.

Depois de me ter sido apresentadas todas as divisões presentes nos Paços do Concelho e feitas as apresentações a toda a equipa, foi-me designado o meu computador de trabalho, no gabinete do Dr. Nuno Guerra, assim como uma extensão telefónica. Ambas as ferramentas ser-me-iam úteis cada vez que precisasse de realizar alguma pesquisa ou trabalho da divisão, uma vez que também o telefone é um instrumento fundamental em Relações Internacionais e Protocolo.

Ainda nas questões relacionadas com o método de trabalho, foi-me indicado a existência de uma pasta partilhada, à qual teria acesso a partir do meu computador, e onde poderia encontrar tudo aquilo que era necessário para colaborar. Nessa pasta era possível encontrar uma base de dados, o registo de vários eventos e ainda todos os documentos relacionados com as Relações Internacionais da Câmara Municipal. Foi nessa pasta que obtive informação das cidades com quem o município do Porto tem acordos de gemação ou cartas de intenções. Para além disso, numa análise rápida, pude perceber que os registos destes eventos seguem determinados procedimentos, sendo um deles o preenchimento de alguns formulários, como o “Registo de Iniciativa” ou a “Check-List”. Explicaram-me também que estes podem ser encontrados no “Portal do Colaborador”, ao qual também teria acesso, para que quando a experiência fosse maior pudesse também participar na elaboração desses impressos.

Relacionado com o mesmo, referir apenas que inicialmente tinha indicação de que me seria designado um e-mail institucional, para ter conhecimento de todas as tarefas que iam sendo pedidas e realizadas pela equipa, mas que ao fim de algumas semanas o departamento responsável pela informática informou de que este pedido seria negado. A explicação prendia-se com o facto de que uma vez que eu era estagiária não tinham autorização de criar um domínio com a duração de apenas três meses. Dessa forma, o Dr. João Pedro Frutuoso e o Dr. João Paulo Cunha aconselharam-me a criar um e-mail só para o estágio, com domínio *Gmail*, para que pudessem ser-me reenviadas todas as informações pertinentes.

Nos primeiros dias passados no meu gabinete, fui-me também inteirando da história da instituição e do seu espaço, através de alguma bibliografia,¹⁴ uma vez que, tal como me fora mencionado na entrevista, poderia haver a necessidade de visitas guiadas ao edifício. Esta atividade acabou por não ser necessária, mas a título de referência, são os técnicos administrativos da DMRIP, em colaboração com outras entidades, aqueles que, ao primeiro domingo de cada mês, realizam estas visitas para a população geral, inscrita previamente através do Gabinete do Município.

13º Maratona do Porto

Tal como em outros anos, a Maratona do Porto realiza-se no início do mês de novembro. Para que este evento desportivo seja apresentado à comunidade é necessária uma conferência de imprensa. Esta foi feita no dia 26 de outubro no átrio dos Paços do Concelho. Como ainda estava no meu terceiro dia não pude realizar tarefas de forma autónoma, mas tive a oportunidade de observar de perto como se fazia a organização logística do evento. Assim, atentei no trabalho da Dra. Elisa Marcos que esteve encarregue de organizar o *sitting* para que os convidados pudessem assistir ao evento. Estes são, mediante ordem de importância, os Presidentes da Câmara Municipal do Porto, de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos, por onde a prova iria passar e para além destes, os vereadores municipais e os principais patrocinadores da corrida. Todos estes ocuparam as três primeiras filas, sendo que, tal como manda o Protocolo, o Presidente da Câmara Municipal do Porto ocupou o lugar central da primeira fila. Depois desta apresentação formal à imprensa, seguiu-se um *coffee break* e, depois dos convidados deixarem o espaço, a respetiva arrumação do mesmo foi feita pela técnica, D. Maria da Luz Ferreira.

Visita da Delegação Francesa ao Porto

¹⁴ Li também diversos decretos-lei que foram importantes para as tarefas relacionadas com o protocolo, sendo eles o Decreto-Lei n.º 150/87, de 30 de março e a Lei n.º 40/2006, de 25 de agosto. O primeiro é responsável pela aprovação da bandeira nacional e o segundo tem como título “Lei das Precedências do Estado Português”.

Na manhã do dia 27 de outubro chegou ao Porto uma delegação vinda de França, no âmbito da adesão do Município do Porto à *Associação Réseau International des Cités des Métiers*¹⁵. Esta delegação, composta por 24 elementos, responsável pelos contactos entre a associação e as instituições que pretendem aderir iria ter uma reunião com o vereador, Dr. Manuel Pizarro, na sala D. Maria. Para tal era necessário organizar o espaço de acordo com os convidados e o propósito da dita reunião. Em conjunto com a Dra. Elisa Marcos e a D. Maria da Luz Ferreira observei a forma como se montava o espaço para receber uma reunião daquele tipo. Mais uma vez, era necessário atentar nos pormenores: a organização das cadeiras e a respetiva disposição dos lugares. Depois disto, esperamos pela delegação na porta principal dos Paços do Concelho e dirigimo-los até à porta da Sala D. Maria, onde os mesmos aguardaram a chegada do vereador, acompanhado por um outro funcionário da DMRIP.

Mais tarde, estes convidados puderam receber uma visita guiada com o Dr. Nuno Guerra. Assisti a esta visita para que, se me fosse pedido mais tarde, pudesse executar a mesma tarefa.

Conferência de Imprensa – Trânsito e Mobilidade

Na tarde do mesmo dia, o meu trabalho prendeu-se com uma nova conferência de imprensa do Presidente da Câmara Municipal do Porto, com a participação do Comandante António Manuel Leitão da Silva, da Polícia Municipal. Desta vez o assunto era o trânsito e a mobilidade na Invicta. Para isto foi necessário organizar a sala D. Maria de acordo com o propósito que a mesma iria servir. Retirou-se a mesa que se pode encontrar habitualmente neste espaço, substituindo-a por um púlpito e vários *roll-ups* com a imagem “Porto (ponto)”. Para além disso, foi necessário montar uma área de projeção com o intuito de apresentar numa TV Plasma todas as imagens que o Presidente iria

¹⁵ Esta tem o objetivo de promover a partilha de boas práticas entre as diferentes estruturas, facilitar o desenvolvimento de projetos comuns e ainda a mutualização de métodos e recursos, no sentido da construção de uma cultura e identidade comum e solidária. Mais informação disponível em <http://www.reseaucitesdesmetiers.com/> [consultado a 06.02.2016]

necessitar de reproduzir durante o seu discurso. Foi organizada ainda uma outra área para receber a comunicação social.

O dia 31 de outubro

Este foi um dos dias com maior movimento, uma vez que tivemos três durante todo o dia existiram atividades nas mais diversas áreas, e foi necessário que estas estivessem bem coordenadas, para que nunca se misturassem.

A primeira tarefa da manhã começou a ser organizada já no dia 28 de outubro, sexta-feira anterior, uma vez que a hora a que o evento iria começar impedia grandes participações. Pela manhã recebeu-se nos Paços do Concelho uma Cimeira entre as cidades Porto e Lisboa. Para isto, mais uma vez, a montagem da sala foi crucial. Dado o número de participantes nesta cimeira, usou-se a mesa que ocupa a Sala D. Maria. O *sitting* foi, mais uma vez, feito de acordo com o Protocolo. As posições centrais foram ocupadas pelos Presidentes da Câmara das respetivas cidades colocando-se frente-a-frente. A ladear os presidentes estavam os vereadores de cada município convidados para a Cimeira. Foi necessário criar *banners* com os respetivos nomes e pelouros ocupados. Para além disso, aprendi que até os objetos que à partida são mais insignificantes, como as garrafas de água, dispõem de um lugar definido antecipadamente. Esta reunião foi seguida de uma conferência de imprensa na Sala dos Passos Perdidos, onde ambos os Presidentes usaram da palavra. Mais uma vez, e tal como mandam as precedências, o presidente anfitrião, Eng. Rui Moreira, falou em primeiro lugar, passando depois a palavra ao seu convidado, Dr. Fernando Medina.

Logo em seguida, deu-se a assinatura de acordo de geminação com a cidade chinesa de Shenzhen. Como o âmbito desta cerimónia era bem diferente da anterior, a sala D. Maria foi mais uma vez reorganizada. A mesa, composta por módulos, foi reduzida e ficaram apenas as cadeiras necessárias para a assinatura do dito contrato. Tal como noutros atos, o livro de honra foi trazido para a sala, assim como os contratos que os presidentes iriam assinar. Neste caso, o mesmo tratado possuía três cópias: uma em português, outra em chinês e outra em inglês. Uma vez que o presidente do município chinês não pôde estar presente enviou os seus representantes que traziam consigo o dito

acordo de geminação previamente assinado pelo seu governador. Esta cerimónia contou com a presença de inúmeros funcionários, incluindo os vereadores municipais. Depois de assinado, o Engenheiro Rui Moreira reservou algumas palavras para assinalar o momento, assim como o mais alto representante da cidade de Shenzhen. Este último contou com uma tradutora, contratada pela equipa do DMRIP, para facilitar todo o processo.

Assim que este episódio se dissipou as atenções viraram-se para um novo ato oficial: a assinatura de um acordo de segurança com a Ministra da Administração Interna, Dr. Constança Urbano de Sousa. Como este evento contou, mais uma vez, com a presença da comunicação social, foi necessário adaptar a sala D. Maria a este cenário. Da minha parte, foi a organização do dito espaço e a assistência à dita assinatura que me ocuparam neste fim-de-tarde.

Acompanhamento Protocolar – Entrega do Doutoramento Honoris Causa pela UP ao Dr. Germano Silva

No dia 3 de novembro pude fazer o meu único acompanhamento protocolar durante o estágio. O acompanhamento protocolar tal como o nome indica consiste em acompanhar normalmente o Presidente da Câmara a um determinado evento e zelar pelos seus interesses e vontades. Neste caso a tarefa do funcionário da DMRIP inclui perceber o lugar que o Presidente iria ocupar certificando-se que este está de acordo com a lei das Precedências. Muitas vezes, dependendo do tipo de evento a que se acompanha, os organizadores do mesmo desconhecem esse tipo de regras, o que torna o trabalho de um funcionário da DMRIP essencial para evitar situações constrangedoras.

Por ocasião da entrega do Doutoramento Honoris Causa pela Universidade do Porto ao Dr. Germano Silva, realizou-se o acompanhamento protocolar ao Presidente da Câmara Municipal do Porto. A dita cerimónia decorreu na Reitoria da Universidade do Porto, situada na Praça de Gomes Teixeira. A minha tarefa consistiu em, juntamente com a Dra. Elisa Marcos, ir ao local para perceber como o evento estaria organizado e identificar o lugar que o Presidente, e também os vereadores da autarquia, iriam ocupar. Desta vez, não foi necessária fazer qualquer alteração, uma vez que a disposição dos

lugares estava de acordo com o Protocolo. Assim, aguardamos a chegada do Presidente para o acompanhar até ao seu lugar e, em seguida, ocupamos o lugar da comunicação social onde ficamos a assistir à cerimónia.

As Apresentações de Cumprimentos ou as visitas dos Embaixadores aos Paços do Concelho

Um dos eventos que pude presenciar de perto, especialmente no primeiro mês de estágio, foram as apresentações de cumprimentos por parte dos embaixadores ao Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira. Estas apresentações podem ser feitas por duas ocasiões: ou para assinalar a chegada de um novo embaixador ou para registar a sua saída e assim proceder-se às devidas despedidas. Aquelas que pude presenciar e acompanhar concentraram-se sobretudo no primeiro caso.

Foi ainda no meu primeiro dia, 24 de outubro, que pude presenciar a apresentação protocolar da Embaixadora da Roménia, Ioana Bivolaru, que chegou à hora marcada na porta principal do edifício da autarquia. Esta tarefa é normalmente realizada por dois funcionários da DMRIP, onde um aguarda a chegada do embaixador na porta da Câmara Municipal, para que assim que este surja, o colaborador lhe possa indicar o caminho adequado. Neste caso esse local era a Sala D. Maria. O outro funcionário faz acompanhar o Presidente da Câmara Municipal desde o seu gabinete até ao destino final¹⁶, onde só aí se encontra com o embaixador.

Feitas as explicações, o meu lugar foi o de acompanhar, juntamente com o Dr. João Pedro Frutuoso, a Embaixadora da Roménia até à Sala D. Maria, onde se viriam a juntar o Presidente da Câmara e a sua chefe de gabinete. Mais tarde, e finda a cerimónia de apresentação de cumprimentos, a atividade só se dá por terminada quando o convidado é acompanhado até às portas dos Paços do Concelho. Neste caso específico, a embaixadora voltou uns minutos mais tarde, pois desejou visitar o local onde mais tarde, a 10 e 11 de dezembro, os eleitores romenos poderiam votar para as eleições legislativas. Estas iriam ter espaço dentro do edifício da Câmara, sendo assim necessário que os serviços consulares do país atestassem a qualidade do espaço reservado para as mesmas.

¹⁶ Já mencionado como sendo a Sala D. Maria.

Sublinho o facto de que, nesta atividade, e dadas as circunstâncias¹⁷, a minha tarefa principal passou apenas por observar todos os passos dados pelo colaborador da divisão, para que, mais tarde, pudesse proceder como ele.

A segunda cerimónia do mesmo cariz deu-se a 4 de novembro, com a visita da Embaixadora do Paquistão, Ms. Zehra Akbari. Também desta vez o meu papel foi o de acompanhar a representante paquistanesa até à sala D. Maria, onde se encontraria com o Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira. Quando a mesma terminou, acompanhei a embaixadora até à porta principal dos Paços do Concelho. Pela mesma razão que a anterior, também neste evento fui apenas acompanhar um outro funcionário da DMRIP.

Realço aqui a vontade da equipa da DMRIP em que participasse também de algumas das questões logísticas relativas ao evento, como o da preparação da sala D. Maria. Estas passam pela colocação do livro de honra e da caneta em cima da mesa principal desta sala. É neste livro de honra que, mais tarde, os embaixadores podem apresentar os seus cumprimentos, por extenso. Para além disso, é prática comum brindar o convidado com um presente relativo à cidade. Este tem que ser deixado num saco no interior da sala para que, no fim, o Presidente da Câmara possa presentear o mais alto representante do país em Portugal. Neste caso, e sendo algo que por vezes acontece, também a Embaixadora do Paquistão trazia uma lembrança para o Presidente da Câmara Municipal do Porto. No fim do evento, todos os objetos, como o livro de honra, devem ser guardados no respetivo armário. É também do encargo do gestor do evento abrir o registo da iniciativa, criando para isso uma pasta sobre o mesmo, assinalando todas as informações necessárias do formulário criado para o efeito. Esta última nunca foi da minha incumbência, ainda que tenha assistido algumas vezes ao preenchimento dos mesmos.

Ainda que ao longo dos três meses do estágio tenham acontecido inúmeros eventos de apresentação de cumprimentos, não pude assistir aos mesmos, por razões alheias à minha vontade.

Exposição “Magic Slovakia”

¹⁷ Estava apenas na posição de estagiária, e, por consequência, não tinha experiência.

A oportunidade de participar desta exposição surgiu logo no primeiro dia de estágio. A Embaixada da Eslováquia, por ocasião da Presidência do Conselho da União Europeia¹⁸, propôs que a CMP pudesse ajudar na preparação desta exposição que iria para a cidade do Porto, nomeadamente, com sugestões relativamente ao lugar onde esta poderia ter lugar. Estes ainda não sabiam onde a mesma poderia ter lugar, mas uma das primeiras opções foi, por exemplo, o átrio dos Paços do Concelho, contudo, por razões distintas, nenhum estava disponível. Dado isto, verificamos a disponibilidade dos vários espaços culturais detidos pela autarquia e concluímos que apenas o Palacete dos Viscondes de Balsemão estava disponível para receber uma exposição de fotografia durante aquele período. Depois de aceite o espaço, o nosso apoio passou também pela proposta de alguns convidados para a inauguração da dita exposição.

Na semana anterior à inauguração, eu e a D. Fátima Silva, técnica administrativa da DMRIP, dirigimo-nos ao Palacete dos Viscondes de Balsemão para dar apoio na montagem e na logística da dita exposição, uma vez que a Embaixadora encontrou alguns entraves. Estes relacionaram-se sobretudo com a falta de comunicação com a responsável pelo espaço, mas também pela falta de mobiliário que serviriam de suporte para o diverso material presente da exposição, nomeadamente brochuras sobre a Eslováquia. A inauguração, seguida de um *coffee break*, realizou-se no dia 7 de novembro, e tanto eu como a técnica supracitada, comparecemos à mesma para ajudar em questões de última hora. A esta inauguração compareceram o Embaixador da Eslováquia em Portugal e o Cônsul Geral de Espanha, entre outros.

Visita Oficial de Suas Majestades, os Reis de Espanha

Se houve atividade que representou uma maior importância durante os três meses, não só pela elevada preparação que exigiu, mas também pela sua importância para a autarquia, foi a visita oficial dos Reis de Espanha, Filipe VI e Letizia, à cidade do Porto entre os dias 28 e 29 de novembro. Já no fim da minha primeira semana de estágio, no

¹⁸ Esta é semestral e rotativa e foi ocupada pela Eslováquia durante o segundo semestre do ano de 2016. Portugal ocupou a Presidência do Conselho da União Europeia por três vezes, em 1992, 2000 e 2007.

dia 28 de outubro, a minha tarefa nesse dia passou por fazer um levantamento de todas as visitas do Rei de Espanha à cidade do Porto. Ainda que anteriormente o Rei de Espanha fosse o pai de Filipe VI, era importante, sob o ponto de vista protocolar, não se repetirem presentes, por exemplo.

Feito isto, e ainda que já fosse do conhecimento da equipa da DMRIP esta intenção em começar a viagem de Estado a Portugal pela cidade do Porto, a primeira reunião acerca do assunto foi apenas no dia 8 de novembro. Nessa reunião foram distribuídas algumas tarefas que tiveram que ser iniciadas o mais rapidamente possível. Eram dois os eventos principais que iriam necessitar da participação da equipa da divisão: a sessão solene nos Paços do Concelho no primeiro dia de visita e o almoço para empresários no Palácio da Bolsa no segundo e último dia da visita. Ainda antes deste encontro, e mediante o que fui podendo aprender não só através da leitura de alguns documentos, mas também da observação do que se ia passando ao meu redor, foi de que já muitas tarefas haviam sido realizadas até aquele momento. Em primeiro lugar, e mais importante, a própria comunicação da visita através de telefone ou e-mail. Depois da definição de um gestor responsável pelo processo era necessário iniciar as visitas preparatórias, que pode incluir, por exemplo, a Embaixada e o Protocolo de Estado. Também o local da receção é pensado logo assim que se define a visita na cidade. Neste caso, depois de se definir o Porto como local de início desta Visita Oficial acordaram-se os Paços do Concelho e o Palácio da Bolsa para os dois momentos que iam ter lugar na Invicta. Só a partir destas questões serem esclarecidas é que o momento da reunião com a equipa da DMRIP faz sentido. Para além das incumbências dadas aos funcionários da divisão onde estagiei, também outros serviços foram desde logo envolvidos: a Guarda de Honra e a Polícia Municipal, por exemplo.

As tarefas preparatórias dos eventos incluíam sobretudo a preparação logística, e foi sobretudo nessa área, que se centraram as minhas tarefas. Já nos dias dos eventos, foi necessário o acompanhamento dos convidados, mas também das altas entidades como o Rei e a Rainha de Espanha, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa ou o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira. Para estas cerimónias era necessário enviar os convites separadamente, uma vez que cada ato tinha o seu leque de

convidados, escolhidos pelo Direção Municipal da Presidência, em articulação com o Protocolo de Estado. Uma vez que nesta altura já estava mais integrada nos procedimentos de trabalho, fiquei encarregue de ajudar os outros funcionários na elaboração de todos os contactos necessários. Foi através desta ocupação que me apercebi dos vários pormenores que se devem ter em conta na execução da atividade de protocolo, como a importância do título académico nos convites endereçados. Foi nesta mesmo trabalho que presenciei, pela primeira vez, como devem ser dirigidas as chamadas telefónicas quando o assunto é pedido de moradas ou contactos eletrónicos para envio de correspondência. Nesta fase, ainda não estava autorizada a elaborar nada individualmente, mas foi sem dúvida o facto de ver os outros colaboradores a executar as suas tarefas, que me deu as ferramentas importantes para realizar as minhas funções, com maior sentido de responsabilidade.

As ferramentas de trabalho referentes às chamadas telefónicas requerem adotar uma série de comportamentos. Muitas vezes, o cargo de colaborador nesta divisão significa atender muitos telefonemas ao longo do dia. É através destes que é, muitas vezes, feito o primeiro contacto com um interlocutor. Quando se atende o telefone, é necessário identificar-se, através do local de onde fala e do nome. Porém, não são só os factos transmitidos durante a chamada que contam, a postura que assumimos transparece também na nossa comunicação oral. Existem algumas regras que todos os funcionários devem ter em atenção. A primeira mais importante, para além da postura e da identificação de quem atendeu, anotar as mensagens que o interlocutor deixou e transmiti-las a quem de direito é imprescindível. Um esquecimento destes pode levar a algumas situações difíceis facilmente evitáveis. Outro dos pontos importantes é na eventualidade de não saber responder ao que é pedido. Caso assim seja, a chamada deve ser transmitida para alguém que o possa fazer.

Não obstante, foram ocorrendo alguns equívocos, que mas foram prontamente resolvidos, e também isso me deu as competências necessárias para lidar da melhor forma com as dificuldades que vão surgindo. Esses lapsos levaram a nova reunião para resolver os mesmos e distribuir novos serviços. Desta vez a indicação que foi dada foi a de escrever etiquetas que serviriam para o envio dos ditos convites por correio. A dita tarefa foi

realizada ao longo de vários dias, e nesse período pude também presenciar a elaboração gráfica dos ditos convites, e mais tarde, depois de aprovados, a sua impressão. Os convites tinham o brasão da cidade timbrado a selo branco no centro superior do cartão, seguido de todas as informações acerca do evento: descrição do evento, horário, local, nome do convidado, e por fim, remetia para a importância da confirmação de presença na dita cerimónia. Este tipo de convite segue de acordo com as normas sobre as quais já havia lido nos primeiros dias no local de estágio. As normas para as diferentes formas de tratamento desde o enunciado até à forma como nos despedimos da personalidade em questão, mediante o cargo que ocupa na sociedade portuguesa. As mesmas encontram-se tabeladas. Foi durante esta tarefa que aprendi devemos dirigir-nos a “Sua Excelência o Presidente da República”; no caso de um Embaixador, começamos com “Sua Excelência o Embaixador de (indicar o país)”; quando o cargo assume uma postura de carácter religioso, e sendo no caso um Bispo ou Arcebispo, a expressão “Excelência Reverendíssima” é a forma mais comum de tratamento. Por último, e ainda que existam uma série de outros títulos estabelecidos, aquele que é mais usual é o de “Exmo. Senhor (nome) (cargo)” para aqueles, tal como supracitado, não assumem um título específico. Todas estas formas de tratamento puderam ser utilizadas na escrita dos mais variados convites.

Mais uma vez, uma nova reunião foi importante para fazer o ponto de situação, e onde novamente me incumbiram de uma outra tarefa: ajudar na elaboração física das ementas. Nesta altura faltava já apenas uma semana para o primeiro dos dois dias de visita e, por isso, o tempo era cada vez mais escasso. As mesmas diziam respeito ao almoço no Palácio da Bolsa, no dia 29 de novembro, mas as atividades do dia anterior impediriam que estas fossem feitas mais tarde. A ementa aprovada tinha a reprodução do foral manuelino e no seu interior, em papel vegetal, a carta incluía as línguas portuguesa e espanhola. A realização dos duzentos exemplares incluía a de cortar a imagem que serviria de capa (uma vez que estas são impressas em cartolinas de grandes dimensões), a impressão da carta de comidas e bebidas no papel vegetal, e em seguida, o de colar ambos os elementos. As mesmas tiveram que voltar a ser feitas por um erro de Protocolo, uma vez que, o primeiro exemplar possuía “Visita de Estado” e a denominação correta

era a de “Visita Oficial”. A par desta atividade, e através de algo decidido em reunião da equipa, dia 16, procedeu-se à impressão de cartões de mão para os convidados¹⁹, mas também à elaboração de caixas onde colocar os mesmos durante o check-in do dia do evento nos Passos Perdidos da Câmara Municipal.

Em novo encontro formal de colaboradores, no dia 23 de novembro, ficamos a conhecer todos os pormenores do evento: os horários de cada um dos elementos da cerimónia, os espaços que cada um deveria ocupar e respetivas tarefas nesses locais. Ainda assim e dada a enorme quantidade de encargos foi ainda necessário convocar colaboradores vindos da Direção Municipal de Recursos Humanos. Eu, a equipa da DMRIP e os colaboradores pedidos à Divisão de RH encontramos-nos no domingo, dia 27, para que pudéssemos rever todos os procedimentos do dia seguinte, reunidos num guião escrito detalhado. Era importante saber quais as posições a ocupar, para que tudo pudesse correr da melhor forma possível, dado que existiam várias tarefas a acontecer ao mesmo tempo, fazendo com que a articulação dos atos e dos funcionários fosse crucial para que tudo corresse dentro dos parâmetros. Ainda neste dia, para além de revermos todo o percurso dos convidados, ficou da minha responsabilidade, juntamente com a Dra. Paula Costa (secretária da DMRH²⁰) e de uma estagiária do mesmo departamento, colar no chão dos Passos Perdidos as letras que iriam organizar as cadeiras que os convidados iriam ocupar durante a sessão solene no edifício dos Paços do Concelho.

No dia seguinte, o dia da sessão solene, dirigi-me aos Passos Perdidos, onde a dita cerimónia iria ter lugar e apercebi-me de que, por meu erro, a equipa de limpeza havia retirado todas as marcações de filas que havia feito no chão. Só depois percebi que, para que a equipa não as retirasse deveria ter avisado os colaboradores responsáveis. Assim, e faltando apenas uma hora para começar a maior azáfama, voltei a sinalizar a ordem estabelecida anteriormente. Para além disto, foi-me possível assistir à organização logística de outros objetos, que antes do meu estágio nunca me pareceram verdadeiramente importantes, como é o caso das cadeiras ou das flores escolhidas para a sala principal, a Sala D. Maria.

¹⁹ Para que estes soubessem para que fila e cadeira se deveriam dirigir assim que subissem a escadaria dos Paços do Concelho.

²⁰ Direção Municipal de Recursos Humanos

Neste primeiro dia de visita, as minhas tarefas passavam pela receção aos convidados, e por organizar as filas da frente, assim que os Reis de Espanha, o Presidente da República e o Presidente da Câmara Municipal do Porto assumissem os seus lugares na Sala D. Maria. Assim, antes mesmo das entidades chegarem, fiquei no check-in onde recebi alguns convidados, mas também outras personalidades, que para além de convidadas para a sessão solene, tinham também reuniões individuais com estas personalidades. Estes convidados teriam de ser encaminhados para salas privadas onde, mais tarde, se encontravam com quem iriam reunir, nomeadamente a Rainha de Espanha, Letícia.

Quando as altas entidades subiram a escadaria em direção à Sala D. Maria, depois da grande receção feita em plena Avenida General Humberto Delgado²¹, subi a mesma escadaria e comecei a organizar todas as filas de cadeiras que faltavam, e que por decisão do Protocolo de Estado só poderiam ser colocadas quando o Rei de Espanha entrasse na sala. Esta atividade foi feita em conjunto com o Dr. Nuno Guerra, a estagiária Ana dos RH, em articulação com a responsável do Almoxarifado, Maria da Luz Ferreira.

A cerimónia prosseguiu tendo o chefe de Protocolo, Dr. João Paulo Cunha, a abrir a mesma e apresentando os discursos do Rei de Espanha, Filipe VI, seguido do Presidente da Câmara, Eng. Rui Moreira. Este último encerrou a cerimónia entregando as chaves da cidade ao primeiro.

Finda a cerimónia, as altas entidades desceram a escadaria em primeiro lugar, seguidos pelos convidados. Neste dia restava a arrumação de todas as cadeiras e todas as peças que foram utilizadas.

No dia 29 de novembro, todos os funcionários do Protocolo, incluindo eu, dirigiram-se para o Palácio da Bolsa, onde se dividiram entre os que ficariam no check-in para receber os convidados e os que iriam até ao Salão Árabe para organizar todas as mesas do almoço. A minha tarefa relacionou-se com esta última, e por isso pude ver de perto, a organização das mesas e dos lugares com a Dra. Elisa Marcos e o Dr. João Pedro Frutuoso. Mais uma vez, tudo o que havia lido sobre protocolo nos primeiros dias do estágio se revelou importante. A mesa de honra era retangular e aí estavam os Reis de

²¹ Também conhecida por Avenida dos Aliados;

Espanha, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, e outros que pela lista de precedências teriam que ocupar esta mesa. As outras mesas eram redondas para facilitar a conversa entre os empresários e percebi também que as esposas dos ditos convidados ocupavam a posição em frente ao mesmo, isto porque se ficassem ao seu lado a conversa fluiria apenas para o lado e não para a frente, e por conseguinte, por toda a mesa. Coloquei as ementas em todos os pratos, assim como a tradução portuguesa do discurso que o Rei de Espanha, Filipe VI, iria proferir no início daquele almoço. Quando os principais convidados chegaram retirei-me do Salão Árabe e esperei até findar a refeição.

Estas atividades terminaram com uma reunião final, no dia 30 de novembro, para que se pudesse fazer o balanço de tudo o que havia acontecido nos dias anteriores. No geral, o trabalho do Protocolo foi elogiado por todos os convidados, ainda que internamente se tivessem assinalado alguns erros.

“Os valores da Europa” – Apresentação para o Clube Europeu de Vilela

No dia 2 de dezembro, a convite do Dr. João Pedro Frutuoso fiz parte da apresentação de uma sessão “Europa Vai à Escola”, em Vilela, no concelho de Paredes. Este evento foi sobretudo acerca dos Valores da Europa, tais como: a solidariedade, a cooperação, a igualdade, entre outros, assunto que era do interesse do Clube Europeu de Vilela.²²

Toda a mecânica do evento foi pensada por mim, em articulação com o Dr. João Pedro Frutuoso, e consistiu em dois momentos. Num primeiro momento, foi necessária a criação de uma apresentação *Prezi*, onde se enunciava estes valores, e se mostrava como estes se podem inserir nas diversas ações que são implementadas pela Comissão Europeia. Numa segunda fase, e tendo em vista a necessidade de concretizar a teoria numa atividade de cariz prático, criei diversos cartões onde estavam sublinhados os mesmos conceitos de cooperação e interajuda. Com isto, os alunos puderam debater de que forma é que estas definições poderiam, num cenário hipotético, ser introduzidas em intervenções reais na sociedade europeia. A atividade, que começou a ser preparada com uma semana

²² Ver Anexo 1.

de antecedência, correu de acordo com o previsto, podendo sublinhar inúmeras ideias curiosas. Estas mesmas conclusões foram, no dia seguinte, colocadas no relatório da atividade. Este é elaborado no fim de cada sessão da “Europa Vai à Escola”, onde se assinalam aspetos positivos e aspetos a melhorar de cada uma das mesmas.

Europe Direct Porto – “Migração – Uma Prioridade”

A atividade onde me foi dada a maior liberdade, mas também responsabilidade, consistiu em organizar o evento “Migração – Uma Prioridade”²³, tratando não só a mecânica do dito evento, como também a responsabilidade de o apresentar e proceder à sua moderação. Esta tarefa surgiu da vontade da Representação da Comissão Europeia em Portugal em gravar uma atividade elaborada pelos diversos Centros de Informação *Europe Direct* (EDIC’s) em Portugal, incluindo o *Europe Direct Porto*. A ideia de fazer algo relacionado com o fenómeno da migração nasceu de duas vontades: a primeira da Representação da Comissão Europeia em Portugal (RCEP): filmar uma atividade relacionada com as 10 Prioridades da Comissão Europeia; e a segunda da constante vontade mostrada pelas diversas escolas, onde pude fazer sessões da “Europa vai à Escola!”, em participar de apresentações relacionadas com este novo fenómeno de migração pelo Mediterrâneo, e o que a União Europeia tem vindo a legislar nessa área.

O Dr. João Pedro Frutuoso convidou uma família de refugiados vindos da Síria para participar de uma sessão de perguntas com uma turma de 4º ano da Escola Básica de Costa Cabral, no Porto. Em conjunto com o Dr. João Pedro escolhemos esta turma da professora Margarida Oliveira, uma vez que quando lá estivemos a 9 de dezembro, estes alunos nos espantaram com o seu conhecimento com apenas 10 anos e pela sua curiosidade em saber cada vez mais.

No dia anterior foi necessário montar tudo no Gabinete do Município, onde a conferência iria decorrer, que incluía a montagem de 30 cadeiras, um computador e um projetor. Na manhã do evento, e também por iniciativa da RCEP em conjunto com a

²³ Ver Anexo 2.

empresa Triciclo, realizei algumas filmagens²⁴ para mostrar o trabalho do *Europe Direct Porto*, onde pude participar de uma simulação de um atendimento no Gabinete do Município.

A sessão começou pela tarde, onde pude fazer uma apresentação, em formato *Prezi*, para que pudéssemos enquadrar as crianças em alguns dos conceitos que iríamos abordar. Iniciei a dita apresentação por pedir para refletir sobre a palavra “Migração”, seguindo pela explicação dos vocábulos, e respetivas diferenças, entre “Emigração”; “Imigração” e “Refugiado”. Como a sessão era sempre tendo em conta o ponto de vista da Comissão Europeia, apresentei as 10 Prioridades da mesma, e o que esta instituição está a fazer relativamente à oitava prioridade, a da migração. Finalizei a minha exposição mostrando alguns números relacionados com este fenómeno, assim como os principais países de vinda, assim como aqueles países europeus que mais receberam. Depois disto, eu e o Dr. João Pedro moderamos uma pequena conferência em que a família síria explicou um pouco do seu percurso até chegar a Portugal, assim como um espaço para algumas perguntas que os alunos da Escola Básica de Costa Cabral já haviam preparado. Esta foi uma atividade relacionada, em parte, com as Relações Internacionais, uma vez que nos últimos anos tem sido da preocupação desta área estudar todos os fenómenos que levaram à situação atual do Médio Oriente, em particular da Síria. Concluindo, foi desta forma que pude estar de perto e conhecer situações particulares das políticas que estudei no meu primeiro ano de mestrado, nomeadamente na unidade curricular de Problemáticas de História do Mundo Árabe e do Médio Oriente.

Criação de materiais para o *Europe Direct Porto*

Durante o mês de dezembro, a preocupação do coordenador do *Europe Direct Porto*, Dr. João Pedro Frutuoso, era a criação de novos materiais onde constassem as dez prioridades da Comissão Europeia para o novo ano. Com o objetivo de me dar mais experiência, foi-me designada a criação de onze *spots* publicitários que, mais tarde, passariam pela Rádio Nova, com quem o EDIC Porto mantém contrato. Esta atividade

²⁴ Em conjunto com funcionários da equipa DMRIP: Dr. João Pedro Frutuoso e Dra. Raquel Luz.

começou a ser realizada a 6 de dezembro, e os ditos spots publicitários foram para o ar de 21 a 31 de dezembro. A ideia foi, através de uma linguagem simples, apresentar as prioridades com que a comissão se havia comprometido no habitual discurso do Estado da União declamado em setembro a partir do edifício em Bruxelas, pelo Presidente Jean-Claude Juncker. Foi aliás, através deste discurso, que recebemos em forma de documento oficial, que construí as mensagens publicitárias, contando sempre com a ajuda do Dr. João Pedro Frutuoso.

Outro dos materiais por mim criados, com a mesma temática, foi a publicação “Prioridades em Ação”²⁵. O desafio foi proposto mais uma vez pelo Dr. João Pedro, onde a partir de uma publicação anterior “Sonho em Ação”²⁶ poderíamos não só finalizar a história apresentada no dito trabalho, como também, e mais uma vez, alertar para aquela que é a principal preocupação da Comissão Europeia: a divulgação das dez prioridades. Este foi um trabalho mais demorado, onde durante o mês de dezembro, fui não só escrevendo os textos que iriam constar da nova publicação, como também pude editar a formatação da mesma. Foi durante esta atividade que estive de perto com programas como o Microsoft Office Publisher, algo com o qual nunca havia trabalhado antes, tendo, por isso, perdido algum tempo a ambientar-me ao funcionamento do dito programa. Para além dos textos informativos, tive também de criar códigos *QR*, questionários *online* através da plataforma da *Google Forms* e editar as imagens utilizadas na publicação. Foi com ela também que aprendi o processo de pedido de um ISBN que iria identificar o livro. Este foi, no início de janeiro, utilizado em diversas iniciativas do “Europa Vai à Escola!” para que os estudantes, do ensino básico e secundário, pudessem conhecer mais sobre a união europeia, uma vez que a publicação se baseava sobretudo em linguagem simples e direta, mais apelativa ao público jovem. Os textos que criei passaram por apresentar em cada página uma das prioridades da comissão europeia, explicando em que consistia e quais os números que já haviam sido atingidos com as novas medidas. Para além disso, no fim da publicação pude ainda elaborar um inquérito sobre o que havia sido

²⁵ Ver Anexo 5.

²⁶ Elaborado pelos alunos do ensino especial do Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, no Porto. Esta publicação com o título *Sonho em Ação* está disponível em http://bit.ly/SonhoEmAcao_ebook [consultado a 06.12.2016]

escrito nas páginas anteriores e também uma pequena sopa de letras, sobre os temas, pois como já foi mencionado a ideia era ser apelativo a estudantes do básico e do secundário. Desta foram impressos 2000 exemplares, os quais encontram-se, à data, todos distribuídos por diversas escolas da AMP e por outros Centros de Informação *Europe Direct* distribuídos pelo país.

Outra das preocupações no final do ano referentes à criação de materiais para o *Europe Direct Porto* prendia-se com a criação de instrumentos de divulgação. Estes são importantes para que não apenas os alunos das escolas da RMP saibam da existiam de um centro de informação europeia, mas também que o público em geral saiba não apenas que existe um lugar onde pode retirar todas as suas dúvidas, mas também, por exemplo, encontrar outros meios de obtenção de emprego. Posto isto, o objeto escolhido foi um bloco de notas. Tive a oportunidade de estar presente em todo o processo de elaboração da imagem que os ditos blocos iriam apresentar. Depois de decidido contactamos uma empresa de serviços relacionados com a criação de brindes para empresas e procedemos à dita encomenda. No dia 3 de janeiro, chegou o resultado final deste pedido e com o qual procedi, num primeiro momento, ao envio dos mesmos pelos funcionários da CMP e diversos serviços que colaboram com o EDIC Porto.

Visita da delegação chinesa de Guangdong ao Porto

No contexto da visita da delegação chinesa de Guangdong ao Porto, na segunda semana de dezembro, para discutir alguns assuntos relacionados com os acordos de geminação já assinados com aquele país, a minha tarefa foi a de criar alguns pontos de conversação que pudessem versar esses mesmos tratados. Esta atividade foi-me comunicada pelo Dr. João Paulo, durante uma reunião com o mesmo e onde, antes de mais, ele me fez uma contextualização histórica e geográfica sobre a província de Guangdong e me explicou que esta visita surgia no seguimento de uma visita à China feito pelo Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Pereira Leite e pelo vereador Dr. Ricardo Valente, responsável pelo Pelouro do Desenvolvimento Económico e Social. Esta última informação já me era conhecida, uma vez que assisti à organização logística

da viagem, que havia sido responsabilidade de alguns dos elementos da equipa da DMRIP. Foi também essencial a leitura de uma minuta sobre o encontro entre a Assembleia Popular de Guangdong, a Assembleia Legislativa da RAEM e Assembleias Regionais de Países de Língua Portuguesa.

Desta forma, a minha primeira função foi a de ler todos os acordos de geminação que o Porto já havia assinado com a China. Sabia, de antemão, que existia pelo menos um, visto que havia presenciado a assinatura do mesmo no dia 31 de outubro de 2016, mas era necessário ver quais os outros existentes. Nesse contexto percorri as diversas pastas sobre o assunto e calculei que foram já assinados X acordos de geminação, sendo que três deles correspondiam às cidades de Shanghai, Macau e Shenzhen. Os mesmos diziam respeito aos anos de 1995, 1997 e 2016, respetivamente.

Em seguida, a preocupação era a de ler todos os tratados atentamente de maneira a que pudesse compreender quais os pontos de interesse, sobretudo relacionados com a cultura e o turismo, que foi aquilo que me havia sido pedido pelo Dr. João Paulo Cunha. Numa primeira leitura, concluí que os parâmetros acordados pelas três cidades com o Porto correspondiam, em grande número, a questões económicas, mas que mesmo essas eram de âmbito geral, nunca especificando tarefas concretas que pretendiam alcançar nos anos seguintes à sua assinatura.

A par da economia, estes acordos de geminação versaram também a ciência e a tecnologia. Em suma, para as cidades chinesas era importante perceber como é que uma cidade com um grande passado histórico como o Porto era capaz de se desenvolver, sem nunca colocar em causa esse mesmo passado. Por outro lado, a autarquia portuense interessava-se pelas constantes inovações científicas e tecnológicas que todas as cidades chinesas com quem havia mantido contacto conseguiram alcançar, em especial Shenzhen, uma cidade muito moderna, quer sobre o ponto de vista histórico, quer sobre a exclusividade de arranha-céus que apresenta em todo o território.

Foi sobretudo tendo em vista essa preocupação tecnológica que elaborei um texto de apoio ao que iria ser produzido pelo chefe de protocolo. A título de exemplo, este foi um dos itens que redigi, para completar a tarefa que me foi proposta:

Na arquitetura e reabilitação urbana, a possibilidade de estreitar as relações entre o Porto e a Província de Guangdong poderia desenvolver o conceito das “Smart Cities”, e isto poderia ser

especialmente vantajoso para o Porto, que se encontra tão preocupado em aliar a sua história à modernidade e praticidade de uma cidade competitiva. Destaco a cidade do Porto, uma vez que, por exemplo, a cidade de Shenzhen é bastante recente e por isso dotada de um maior avanço arquitetónico; concretamente, na reabilitação urbana: mostrar o exemplo do trabalho desenvolvido pela SRU no Centro Histórico do Porto.

Depois de entregue este trabalho, foi-me comunicado que estas questões acabaram por não ser usadas, pois os delegados chineses pertenciam à Assembleia Municipal da sua cidade, e presumiam que tal como na China, este fosse um órgão que detinha todo o poder de decisão dentro da Câmara do Porto. Participei ainda da organização logística da Sala D. Maria, local onde os mesmos se iriam reunir com o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Pereira Leite.

“A Europa Vai à Casa da Juventude de Gondomar”

No âmbito dos eventos da “Europa vai à Escola!”, a Casa da Juventude de Gondomar inscreveu-se para uma sessão para os alunos do Primeiro Ciclo com um pedido especial: a utilização do euro na vida quotidiana. Com o preâmbulo de que os seus alunos tinham várias dificuldades no manuseio da moeda solicitaram a colaboração do *Europe Direct Porto*.

Em conjunto com o Dr. João Pedro Frutuoso, criamos uma nova atividade para ajudar os estudantes. A mecânica proposta foi a de um jogo de compra e venda de produtos para que os alunos pudessem proceder à compra dos mesmos, manuseando o dinheiro que lhes era disponibilizado, por nós. Assim, no dia anterior à ida à Casa da Juventude de Gondomar, fiquei encarregue da criação destes materiais que incluíam moedas, notas e os respetivos produtos. Estes foram, no dia seguinte, levados para o local onde, em conjunto com as crianças, pudemos iniciar o passatempo. Esta foi uma sessão um pouco diferente do que é normalmente dado a crianças do Primeiro Ciclo, onde o principal tema foi o Euro e os países que se servem dele para as suas trocas comerciais. Esta sessão do dia 20 de dezembro foi ministrada pelo Dr. João Pedro Frutuoso, onde também participei.

“A Europa Vai à EB da Agrela e Vale do Leça”

No dia 4 de janeiro a sessão do EDIC Porto foi na EB da Agrela e Vale do Leça²⁷. Como já havia participado na logística de outras atividades, o Dr. João Pedro Frutuoso sugeriu que eu apresentasse uma parte da sessão. Essa apresentação prendeu-se com o contexto histórico do aparecimento da União Europeia, uma vez que a minha formação inicial é a História.

A apresentação Prezi que usei era a que já existia para sessões deste tipo e por isso apenas tive que adaptar o meu discurso aos pontos que eram enunciados na mesma. Os temas da minha apresentação passaram pela própria definição de continente europeu, mas também pelos antecedentes históricos que levaram à criação de uma instituição europeia, com a Declaração Schumann de 1950. Também os tratados assinados e consequentes alargamentos foram matéria da minha responsabilidade.

Depois da apresentação teórica seguiu-se um inquérito aos alunos, que se organizaram em grupos de quatro, e puderam pôr à prova os conhecimentos que haviam, ou não, adquirido na sessão que lhes fora lecionada.

“Making Cities: Visions for an Urban Future”

Uma das grandes atividades que estiveram sempre adjacentes a várias tarefas que me foram delegadas foi a da leitura. Para variadíssimas situações era necessária a leitura prévia, quer de documentação, quer de eventos anteriores que se encaixavam no mesmo género, ou simplesmente a leitura em busca de nova informação. Esta última é o caso da leitura “Making Cities: Visions for an Urban Future”, publicação que incluía a coletânea dos mais diversos artigos de investigação sobre inovação, tecnologia, arquitetura e turismo. O principal objetivo desta leitura foi o de aferir se a cidade do Porto era mencionada em algum dos artigos, e em caso negativo, se alguma das cidades com quem o Porto havia assinado acordos de gemação havia sido citada. Ambos os casos não se verificaram.

#2017WishesForEU

²⁷ Ver Anexo 3.

Uma das últimas atividades de maior relevo que pude presenciar foi a da organização e envio dos postais da #2017WishesForEU. Esta é da responsabilidade do *Europe Direct Porto* que todos os anos, em dezembro, se propõe a enviar milhares de postais para as mais diversas entidades, sobre um tema comum, com o objetivo de aproximar os alunos das escolas de Primeiro Ciclo da Região Metropolitana do Porto dos mais diversos órgãos de cidadania que existem a nível nacional e europeu.

Para isso, analisei a mecânica da mesma atividade nos anos anteriores e, em conjunto com a ajuda do Dr. João Pedro Frutuoso, comecei por elaborar uma nova lista, em formato Microsoft Office Excel, com todos os contactos para quem enviaremos, em 2017, os postais das escolas que se iriam inscrever. Esta lista incluía órgãos do Executivo da Câmara Municipal do Porto, outros presidentes das câmaras municipais da Região Metropolitana do Porto (RMP), os diversos presidentes das juntas de freguesia, e também Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa e o Primeiro-Ministro, Dr. António Costa. A nível europeu, os contactos reunidos foram os dos eurodeputados portugueses, os embaixadores e cônsules portugueses distribuídos pelos Estados-Membros e de todos os Comissários Europeus, e respetivos chefes de gabinete. No total, reuniram-se mais de 2000 personalidades, a quem seria enviado pelo menos um postal.

Para o ano de 2017 o tema principal seria “Solidariedade” e as escolas interessadas poderiam inscrever os seus alunos através de um formulário da *Google Forms*. Essas mesmas inscrições seriam reunidas numa nova tabela em formato *Excel* e seria a partir dela que depois se iriam distribuir, aleatoriamente, cada aluno de cada escola por uma personalidade nacional ou europeia. Inscreveram-se 18 escolas com 1224 alunos envolvidos.

Já em janeiro procedemos à elaboração de manuais de apoio que, segundo me fora explicado, serviriam para evitar erros dos anos anteriores, onde muitos professores pediam, por exemplo, mais exemplares do que aqueles que os seus alunos iriam preencher. Esses manuais de apoio já existiam, mas fui eu que procedi à personalização de cada um deles para cada escola, com o nome da escola e o número de alunos que a mesma havia inscrito. Para além disso, como os mesmos iriam ser enviados pelos correios, a minha tarefa passou também pela criação de etiquetas com as moradas para o

envio dos postais, manuais de apoio, listas para preenchimento do nome e idade de cada aluno, e um envelope de correio verde, onde depois de preenchidos, o professor poderia colocar os postais e enviá-los de volta para o *Europe Direct Porto*.

Depois de enviados, tivemos que esperar pelo início da segunda quinzena de janeiro para começar a receber os postais desenhados pelos alunos das diversas escolas. Ainda assim, algumas destas encomendas foram reencaminhadas para o *Europe Direct Porto*, pois não tinham as moradas corretas. Dos casos que nos chegaram de novo às mãos, a morada não correspondia ao código postal indicado. Tivemos também outra situação em que os materiais não foram entregues, mas também não foram devolvidos. Para evitar atrasos significativos relacionados com estes problemas logísticos, tive ainda que fazer duas entregas em mãos: uma entrega na Escola Básica Costa Cabral, no Porto, e outra na Escola Básica de Vilela, em Paredes. Para ambas as deslocações, foi-me designado um motorista da Câmara Municipal do Porto. Depois de organizados de acordo com o número que lhes fora atribuído, foi necessário fotografar individualmente cada postal, para que, mais tarde, fossem publicados na rede social *Facebook*, onde existiria, até ao mês de março, uma votação pelo melhor postal do ano de 2017. Esta atividade de fotografar os postais demorou vários dias e ter-se-á prolongado mesmo depois do término do meu estágio, uma vez que não me foi possível terminar essa atividade.

Base de Dados

Uma das principais tarefas que haviam sido pensadas para mim pelo Chefe de Protocolo, Dr. João Paulo Cunha, havia sido o de organizar a Base de Dados relativa aos eventos realizados pela Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo desde o final de 2014 até à atualidade. A mesma havia sido abandonada, pois a funcionária responsável pela atualização da mesma terminou as suas funções nesse ano. Assim, em conjunto com a Dra. Alexandra Sá, tive a oportunidade de atualizar a dita base de dados. Uma vez que este trabalho me foi designado já nos últimos dias do meu estágio, este teve que ser feito o mais rapidamente possível. Como dividi este trabalho com outra funcionária da DMRIP, fiquei encarregue com o final de 2014, o ano de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Iniciei este trabalho a 9 de janeiro e terminei a 20 do mesmo mês,

apenas quatro dias antes de terminar o meu estágio. Este trabalho consistia em através dos dados que estavam presentes na já mencionada Pasta Partilhada, organizar os eventos em 7 categorias: (1) refeição, (2) sessão solene, (3) apresentação de cumprimentos, (4) assinatura de protocolo/escritura, (5) acompanhamento protocolar, (6) outras iniciativas municipais, (7) reunião. Para além disso era necessário reunir as informações relativas ao título do evento, ao local do mesmo, ao número de participantes, à entidade organizadora, e às entidades contactadas.

Foi através desta base de dados que pude perceber de perto como é importante a sua atualização, pois é através dela que se evitam muitos dos lapsos relativos ao contacto de convidados para determinadas cerimónias. Para além deste tipo de base de dados, existem outros tipos onde constem os convidados mais importantes para qualquer uma das situações. Nesta base de dados podem apenas constar informações como o nome e o respetivo título académico, a morada, o telefone e o contacto eletrónico, mas serão estas que agilizarão qualquer cerimónia e canalizar-se-ão recursos para outras tarefas que são específicas para determinado evento e até para eventuais imprevistos. Estas informações deverão ainda estar divididas conforme as suas atividades ou cargos ocupados no momento. Por exemplo, não faz sentido convidar um grupo de personalidades relacionadas com a cultura para a inauguração de um quartel de bombeiros, por exemplo. Finalmente, a constante atualização desta base de dados é também importantíssima, para que não se cometam erros que possam pôr em causa o profissionalismo e a imagem da Câmara. (LOPES, 2009)

“A Europa Vai à Escola!”

Durante os três meses de estágio pude acompanhar o Dr. João Pedro Frutuoso, coordenador do *Europe Direct Porto*, nas suas visitas às mais diversas escolas da Região Metropolitana do Porto. Estas visitas inseriam-se na atividade “A Europa Vai à Escola!” e, tal como já foi mencionado, serviam para dotar os estudantes de um maior espírito crítico em relação à sociedade onde estão inseridos, sobretudo dotá-los de conhecimento relacionado com as diversas instituições europeias que nos governam.

Para além das sessões que já foram mencionadas²⁸ e que, por ter tido um papel ativo nas mesmas, mereceram um ponto específico, também tive a oportunidade de assistir às que se seguem:

25 de outubro – A Europa vai à Escola Secundária Aurélia de Sousa!

22 de novembro – A Europa vai ao Jardim de Infância de Cancelas! / A Europa vai à Jardim de Infância de Crasto!;

30 de novembro – A Europa Vai à Profitecla!

9 de dezembro – A Europa Vai à EB Costa Cabral!

9 de janeiro – A Europa Vai à EB 2/3 do Levante da Maia!

16 de janeiro – A Europa Vai à AGITO!

23 de janeiro – A Europa vai ao Scholé!

Em todas elas, apesar de ter uma função passiva, não me limitei simplesmente a assistir às ditas. Posto isto, o meu papel em cada uma delas passou por diversas fases, podendo até classificar as minhas tarefas com um “antes”, um “durante” e um “depois”. O “antes” constituía sobretudo em preparar os materiais que cada uma das apresentações iria necessitar. Esta preparação dependia sobretudo da idade dos estudantes, mas também do assunto que a dita sessão iria abordar, em conjunto com pedidos e vontades dos professores. Por exemplo, para um jardim de infância a preparação de materiais passava pela criação de uma atividade para as suas capacidades intelectuais: pintar e colar as várias estrelas que constituem a bandeira da União Europeia. Por outro lado, para um aluno do terceiro ciclo ou do secundário, os materiais passavam por livros ou folhetos acerca dos direitos e deveres não só dos mesmos como cidadãos, mas também das instituições, como a Comissão Europeia. Por último, e se a sessão fosse numa escola de ensino profissional, e sendo esse um ensino muito direcionado para entrar no mercado do trabalho, as informações que lhes passávamos envolviam as diversas oportunidades e meios que a União Europeia coloca à disposição de cada europeu, como o Programa

²⁸ As sessões foram “A Europa dos Valores” na Escola Secundária de Vilela, no dia 2 de dezembro; “A Europa vai à Escola Básica de Agrela e Vale do Leça”, a 5 de janeiro; “Migração – Uma Prioridade”, a 17 de janeiro.

Erasmus+ ou a Rede Eures²⁹. Talvez seja importante sublinhar que todos estes materiais, à exceção daqueles que eram pensados para uma única sessão e elaborados por nós, eram pedidos através da *EU Bookshop*³⁰.

Durante cada uma das apresentações, e por ser necessário para as apresentações dos relatórios mensais dados à Comissão Europeia, a minha tarefa passava pelo registo fotográfico de cada um dos eventos. Tendo sempre em atenção ocultar as faces dos estudantes, mas tentando documentar ao máximo todos os passos das sessões. Também entregava cada um dos materiais aos alunos no final da explicação teórica.

Quando estava já fora do espaço escolar, o trabalho continuava. Era necessário realizar relatórios detalhados sobre cada uma das sessões, com os seus pontos positivos e negativos. Para além disso, e a pedido de alguns professores, era necessário enviar material para as escolas. A título de exemplo, uma das professoras da Escola Básica de Vilela, em Paredes, pediu ao *Europe Direct Porto* o envio do material existente sobre um novo evento sobre “A Europa dos Valores”. A preparação destas ferramentas de trabalho foi da minha responsabilidade.

Posto isto, existiram também sessões que apesar de ter feito a preparação de materiais ou ter presenciado a elaboração de apresentações *Prezi*, não estive presente. A minha ausência deveu-se, num primeiro momento, à falta de experiência, como a deslocação ao ISCAP no dia 26 de outubro, ou, num segundo momento, por ser já responsável por outras tarefas no interior do edifício municipal.

“A Europa Vai à Escola” em números

Na segunda semana de janeiro, a Divisão Municipal de Comunicação e Promoção da CMP³¹ solicitou uma reunião com o coordenador do EDIC Porto, o Dr. João Pedro Frutuoso. A ideia era fazerem um artigo onde pudessem dar a conhecer todo o trabalho do centro de informação europeia³². Nesse sentido, no dia 13 de janeiro, a minha tarefa

²⁹ A sigla EURES significa Rede Europeia de Emprego e permite a qualquer europeu encontrar propostas de trabalho fidedignas não só em todos os países pertencentes à União Europeia, como também na Suíça, Islândia, Liechtenstein e Noruega.

³⁰ A *EU Bookshop* pode ser visitada em <https://bookshop.europa.eu/en/home/>

³¹ Responsável pelo website www.porto.pt e por dar a conhecer ao público em geral todos os eventos e atividades que a Câmara organiza ou em que participa.

³² Informação essa que foi materializada em vídeo. Ver Anexo 4.

passou pelo escrutínio de todas as sessões desde o ano 2013. Depois de recolher todas as informações reuni-as numa tabela. No fim desta atividade pude compreender a dimensão deste serviço. Entre os anos 2013 e 2016 realizaram 327 sessões, onde estiveram presentes 13253 alunos, do ensino pré-primário ou ensino secundário, espalhados por toda a Região Metropolitana do Porto.

Feito isto, o documento foi entregue ao Departamento de Comunicação em conjunto com outras informações para que estes pudessem produzir uma reportagem sobre a matéria. Com a mesma finalidade, a equipa de imprensa da CMP esteve também presente, a par com a empresa Triciclo, no evento “Migração – Uma Prioridade” relatado acima.

O *e-mail* como ferramenta de trabalho

Nos três meses de estágio na Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo pude compreender como o computador, e mais concretamente o correio eletrónico, assume uma grande importância.

O *e-mail* é utilizado para as mais diversas atividades. Desde logo, no meu primeiro dia, compreendi a sua dimensão. Nesse dia, chegou à equipa da DMRIP um pedido de um fotógrafo belga para que a Câmara Municipal do Porto o apoiasse logisticamente na sua vontade em fotografar o Natal da Cidade do Porto nesse ano. Este profissional escolhia uma nova cidade todos os anos, para mais tarde, apresentar o seu trabalho na conhecida Vila Natal, em Liège. Tal como determina a ordem de trabalho da autarquia, este *e-mail* foi reencaminhado para um outro serviço que possuía as competências necessárias para analisar o pedido e enviar a respetiva resposta.

Mas não é apenas para a chegada de pedidos que este meio é utilizado. Por questões práticas, o correio eletrónico tem sido preferido em relação ao telefone quando o assunto é a confirmação de um convite. Essa situação verificou-se em vários momentos, dois quais destaco dois: a Visita Oficial dos Reis de Espanha e a celebração do Ano Novo Chinês. Em ambos os casos, a minha tarefa foi ajudar as técnicas administrativas, Manuela e Fátima, na verificação de todas as confirmações ou refutações dos convites. Esta é uma tarefa muito importante, pois um descuido pode criar uma situação

embaraçosa. Para perceber melhor, pude observar situações em que o facto de um e-mail não ter sido verificado fez com que aquando da chegada do convidado à cerimónia o mesmo não pudesse entrar rapidamente. O constrangimento resultou num atraso de todo o evento e a admissão do erro.

Por fim, e para além desta ferramenta funcionar para a comunicação com o exterior, esta também opera no interior. Por outras palavras, o e-mail age como motor de conversação entre funcionários. Por exemplo, todas as semanas era enviado, pelo Chefe de Protocolo, um documento com a agenda semanal para toda a equipa da DMRIP. Era a partir deste registo que eram delegadas todas as tarefas de cada um dos colaboradores. Em outras ocasiões, o *e-mail* funcionava também, no meu caso concreto, para enviar o que havia escrito no meu computador de trabalho a outros colegas, em especial o Dr. João Pedro Frutuoso.

3.3. Balanço final do estágio

Face aos objetivos a que me propus no início deste estágio, posso dizer que a maioria deles foram cumpridos. Aqueles que diziam respeito a metas mais pessoais como o desenvolvimento de competências de comunicação, trabalho em equipa, pesquisa, redação e da utilização de uma maior diversidade de programas informáticos,³³ foram totalmente alcançados e acrescentar-me-ão valor numa experiência profissional futura.

Relativamente à aplicação dos conhecimentos obtidos durante a parte curricular do mestrado no decorrer do estágio e, ainda que não tivesse tido grandes oportunidades para o demonstrar, foram úteis os conhecimentos obtidos, concretamente, na unidade curricular de Problemáticas da História do Mundo Árabe e do Médio Oriente, aquando da preparação da atividade “ Migração – Uma Prioridade ” sobre o tema dos refugiados e dos conflitos no Médio Oriente, mais concretamente, a questão síria.

Relativamente ao que me propunha conhecer acerca das normas da Câmara Municipal do Porto, posso dizer que esta foi cumprida apenas em parte. Por outras palavras, pude conhecer as normas de trabalho da Divisão Municipal de Relações

³³ Programas como o *Microsoft Office Excel*, o *Microsoft Office Publisher* ou o *Prezi*.

Internacionais e Protocolo, mas essas não são as normas que se aplicam a todas as áreas de trabalho daquela instituição. Cada departamento rege-se por normas muito específicas que apenas trabalhando dentro dos mesmos se poderá ter total conhecimento. Aprendi, por exemplo, de que uma das ordens de trabalho mais importantes passa pela designação de trabalho de forma descendente, ou seja, é aquele que detém o cargo mais alto dentro da divisão (neste caso o Chefe de Protocolo) que delega as tarefas para os outros funcionários. Outra questão interessante acerca das normas prende-se com a utilização do logotipo atual³⁴ da Câmara Municipal do Porto: este não pode ser utilizado em nenhuma circunstância (formal ou informal) que não seja, previamente, aprovada pela Divisão Municipal de Comunicação e Promoção.

A minha principal tarefa durante o estágio foi a de colaborar e apoiar a equipa da DMRIP nas suas atividades diárias. Como podemos ver, estas consistiram em atividades muito diversas, desde a preparação de uma cerimónia solene e a assinatura de acordos de geminação, até à apresentação de diversas sessões sobre a União Europeia no âmbito do *Europe Direct Porto*. Foi através do alcance deste objetivo que consegui cumprir tantos outros, como aqueles que já foram anteriormente mencionados, e também perceber quais as atividades de relações internacionais que são desenvolvidas numa Câmara Municipal. Foi também possível obter conhecimentos teóricos e práticos relativamente ao protocolo de Estado e do protocolo Autárquico. Aliás, este último foi sempre uma constante em qualquer atividade que me foi proposta pelo DMRIP, uma vez que só com estas regras em mente é que se poderia atingir um bom trabalho. Por exemplo, seria impossível não provocar um embaraço público perante as diversas autoridades portuguesas, se não fosse do conhecimento de quem prepara uma cerimónia, de que o Presidente da República deve sempre ter o lugar central da primeira fila ou de que o anfitrião do evento deve sempre ter a última palavra perante uma série de discursos.

Outros dos pontos que esperava poder tratar, e talvez o maior, está relacionado com os Acordos de Geminação que a cidade do Porto assinou com outras cidades pelo Mundo. Para isso, volto mais uma vez ao assunto da minha entrevista. Durante a minha entrevista foi-me pedido, como já referi, para falar um pouco acerca das minhas

³⁴ A imagem de cor azul onde se lê “Porto (ponto)”.

expectativas quanto ao estágio e o que esperava trazer de novo aquela divisão. Durante esta conversa, pude desenvolver o tema dos Acordos de Geminação, uma vez que este foi, estranhamente, um dos assuntos mais difíceis sobre os quais tive de obter informação. Estranhamente, pois como pensava ser um dos principais trabalhos dentro de uma divisão de RI calculei que existisse mais informação acerca dos mesmos. Assim, durante a entrevista expus esta minha dificuldade em encontrar informação detalhada e, sobretudo, atual e propus-me a focar-me na divulgação desta informação para o público em geral. Esta proposta foi concretizada sob a forma de um projeto onde se poderia criar uma nova aba no site institucional da Câmara Municipal do Porto³⁵ onde se listassem todos os acordos de geminação assinados pelo Porto, assim como as datas das assinaturas e os principais assuntos sobre os quais estes tratados se versam. Inicialmente, e como ainda não me haviam dado uma confirmação acerca do estágio, não se adiantaram mais acerca do assunto. Mais tarde, e com a minha crescente autonomia na DMRIP, voltei a abordar o assunto de, em conjunto com quem gere o website institucional, informar os munícipes acerca dos acordos de geminação. Nesta altura, negaram-me o pedido justificando a necessidade de existir uma certa descrição nestes assuntos. Contudo, tinha acesso a todos os acordos originais na pasta partilhada da DMRIP e poderia criar, para uso próprio e para este relatório, um quadro com todos os acordos de geminação até à atualidade. Assim o fiz e o mesmo encontra-se no capítulo 2 deste relatório sob o título de “Quadro 1 – Acordos de Geminação da Câmara Municipal do Porto”. Durante a leitura de todos estes acordos concretizei também outro dos meus objetivos que era compreender quais os critérios para assinar um Protocolo de Geminação com determinada cidade: tal como já mencionado, estes são, maioritariamente, o reconhecimento de que outra cidade pode trazer mais conhecimento ao nível do comércio, do turismo, da arquitetura, de forma a melhorar e a desenvolver a vida dos munícipes. Por exemplo, e mencionando o acordo em que estive diretamente envolvida (quer em preparação de textos, quer na assinatura propriamente dita), o interesse da cidade do Porto numa cidade chinesa como a de Shenzhen prendia-se com o facto de esta ser considerada uma das *smart cities*³⁶, ou seja,

³⁵ Site institucional disponível em <http://www.porto.pt> [consultado em 18.04.2017]

³⁶ Mais informações sobre este conceito disponíveis em <http://smart-cities.pt/> [consultado em 10.01.2017]

estão na vanguarda no que toca a soluções urbanas inovadoras que primam pelo desenvolvimento informático e robótico para melhorar a qualidade de vida da população. Em troca, o Porto oferece a visão de que é possível desenvolver as cidades e manter a sua história e o seu património.

Outros dos objetivos passava por perceber quais as principais limitações da DMRIP. Este foi um objetivo cumprido ao longo de todo o estágio mediante a análise de situações concretas. No âmbito geral, nenhuma das ações pode ser aceite sem antes existir uma autorização por parte do Gabinete da Presidência. São eles que analisam cada caso e consideram se este está ou não na alçada da DMRIP. Por exemplo, no meu primeiro dia de estágio tive conhecimento de um e-mail que foi encaminhado para a nossa divisão, pois, à primeira vista, se prendia com o acordo de geminação que a cidade do Porto mantém com Liège desde 1977. Depois de ser analisado, concluiu-se que o pedido feito por um fotógrafo belga para fotografar o Natal do Porto³⁷ tendo por base o acordo de amizade dos anos setenta, não poderia ser aceite pela nossa divisão, mas sim pela Divisão Municipal de Comunicação e Promoção. Esta questão vai de encontro a uma outra: a articulação que existe entre a DMRIP e outras divisões/departamentos existentes na Câmara Municipal do Porto. Nestes três meses, pude depreender que, de facto, existe esta interligação entre vários departamentos, e que esta é absolutamente essencial para o bom funcionamento da instituição. Aliás, é através do organograma (presente no ponto 2.2) que pudemos perceber que a DMRIP está intimamente ligada quer ao Gabinete da Presidência (que a comanda) quer a outras divisões como a Divisão Municipal de Comunicação e Promoção ou à Divisão Municipal de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Para além destas, durante a visita oficial dos Reis de Espanha, a articulação com os serviços de Recursos Humanos, na tentativa de que mais funcionários pudessem apoiar na organização do evento, foi indispensável.

Quanto à comparação nacional entre os vários serviços municipais de RI, onde a ideia era comparar aqueles que existem, posso dizer que não o consegui cumprir. Em nenhuma altura tive contacto com outros serviços de RI de outras câmaras em Portugal. Já na cena internacional, tive um caso onde se salientaram as diferenças entre quem tem

³⁷ Esta iniciativa inseria-se na Exposição de Fotografia presente na *Village de Noël de Liège*.

o poder local em Portugal e, concretamente, na China. Durante o diálogo com alguns funcionários da Câmara de Shenzhen enviados à Câmara Municipal do Porto, percebemos que estes consideravam que quem criava as leis e ditava as regras era a Assembleia Municipal, pois é desta forma que a política local se faz no Cantão Chinês. A grande diferença entre os dois países reside, ao nível do poder local, nas funções estabelecidas para a Assembleia Municipal. Em Portugal, a Assembleia Municipal é apenas um órgão representativo e deliberativo com funções ditadas pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Pelo que nos foi permitido compreender, no Cantão Chinês a Assembleia Municipal tem poder legislativo/executivo. Por outras palavras, os chineses do Cantão esperavam poder criar leis em conjunto com o presidente da Assembleia Municipal do Porto e, só quando chegaram à Invicta, é que perceberam a impossibilidade desta vontade.

Por último, e relativamente à tentativa de perceber qual era a parte do orçamento da Câmara Municipal do Porto inteiramente disponibilizada à DMRIP, este não me foi possível cumprir. Sobre este assunto apenas sei que, em 2016, no total a Câmara Municipal do Porto previu que fossem usados 207,2 milhões de euros, focando-se particularmente nas áreas do Ambiente, Cultura, Urbanismo e Reabilitação Urbana, a Economia e o Emprego³⁸. Para 2017, as previsões são de 244,2 milhões de euros, destacando novamente as mesmas áreas do ano anterior³⁹. Noutras conclusões, a área das Relações Internacionais não assume particular destaque.

Durante o desenvolvimento do estágio fui me apercebendo de outros problemas que foram surgindo e que, segundo a minha opinião poderiam facilmente ser resolvidos. Esses problemas foram:

- A desorganização da equipa na distribuição das tarefas, especialmente em assuntos importantes como a organização de uma sessão solene como a visita oficial dos Reis de Espanha;
- A aglutinação entre os serviços de Relações Internacionais e de Protocolo;
- A falta de coordenação e comunicação de alguns serviços;

³⁸ Esta informação provém de documentação interna, mas está disponível em <http://bit.ly/2sgqCCR> [consultado em 25.03.2017]

³⁹ Esta informação provém de documentação interna, mas está disponível em <http://bit.ly/2rTzWfm> [consultado em 25.03.2017]

A solução que avançaria para a resolução do primeiro problema seria a divisão dos funcionários pelas áreas com mais aptidões, fazendo assim com que se pudesse tirar o máximo partido do potencial de cada um. Por outras palavras, encarregar alguém, que é muito bom ao nível informático, em tratar apenas desses assuntos, faria com que assim se evitassem duas coisas: erros no trabalho propriamente dito, mas também a duplicação de trabalho, uma vez que estando a tarefa com falhas leva que tenha que ser feita uma correção e assim gastar o dobro do tempo na mesma; Claro que desta forma era bastante provável que tivessem que ser contratados novos funcionários, algo que, dada a situação atual de cortes na Função Pública, se tornava impraticável.

Para a questão da falta de coordenação e comunicação entre alguns serviços, a solução poderia ser mais complexa. Pelo que depreendi a atual comunicação entre serviços faz-se maioritariamente por e-mail institucional, algo que, dada a habitual sobrecarga da caixa de email, faz com que muitos destes assuntos se percam. Por consequência, os mesmos são tratados em cima da hora ou, mais grave ainda, ultrapassam o seu prazo sem nunca verem uma resposta. Desta forma, a minha proposta passaria pela criação de um programa informático onde se pudessem submeter os pedidos, como por exemplo a aprovação do logotipo Porto(ponto) por parte da Divisão Municipal de Comunicação e Promoção, sendo que este era exclusivo para aprovação de pedidos ou análise concreta de situações, evitando que os mesmos se percam no meio de tantos outros assuntos que chegam à caixa eletrónica de cada departamento e/ou divisão.

Por outro lado, o facto de os assuntos de Protocolo ocuparem mais tempo de trabalho seria um assunto mais complexo de resolver, mas que tem na sua génese a aglutinação dos serviços de RI e de Protocolo. Esta agregação das duas atividades data já de 2010⁴⁰ e, por isso, não tive oportunidade de analisar como seriam as atividades nessa fase, mas creio que uma vez que estas áreas estavam separadas, cada equipa se poderia focar apenas em desenvolver determinada área. Posto isto, a solução que me pareceria mais lógica seria a da nova separação destas áreas, ainda que reconhecendo também que ambas as atividades andam muitas vezes de mãos dadas.

⁴⁰ Assunto que foi já explorado no Capítulo 2.

Conclusão

Esta experiência de estágio na Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo permitiu-me alcançar uma série de objetivos, os quais foram pensados antes mesmo de iniciar o estágio e, posteriormente, enunciados neste relatório. De entre eles, destaco a aprendizagem de conteúdos relacionados não só com as Relações Internacionais, mas também com o Protocolo Autárquico. Aliás, este último assumiu uma particular relevância ao longo dos três meses e era algo que não julguei ser tão essencial para a ordem de trabalho nesta divisão.

As principais conclusões relativas ao meu relatório de estágio centram-se sobretudo, num primeiro momento, na clara definição de Relações Internacionais. As Relações Internacionais são as relações que se estabelecem entre estados, mas também entre organizações intragovernamentais⁴¹. Estas poderão ser os espaços camarários, onde os departamentos de RI assumem o principal papel. Na prática, estas divisões municipais são as responsáveis por articular a comunicação com outras cidades além fronteiras.

Na contextualização histórica e administrativa da Câmara Municipal do Porto, destaco a apresentação do organograma que considerei ser útil para uma melhor compreensão da hierarquia interna existente na instituição, e cuja relação de poder, no caso concreto da DMRIP, se constrói de forma descendente, ou seja, desde o Gabinete da Presidência para o serviço de RI. Também ainda no segundo capítulo, consta a elaboração de um quadro onde estão listados os acordos de gemação desde 1977 até 2016, e que visa ajudar a divulgar as relações que existem e se mantêm entre o Porto e outras cidades. No último ponto, destaco as sessões informativas da responsabilidade do *Europe Direct Porto*, particularmente as que foram por mim apresentadas, uma vez que me possibilitou as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das capacidades de comunicação, redação e contacto com o público em geral. Gostaria ainda de sublinhar também a visita oficial dos Reis de Espanha que, pela sua dimensão, assumiu particular destaque nas tarefas que desenvolvi no seio da equipa da DMRIP.

Relativamente, às dificuldades pessoais que encontrei no meu local de estágio poderei dividir a minha análise entre os aspetos que considero positivos e aqueles que

⁴¹ E também entre organizações não governamentais ou empresas multinacionais.

considerarei menos positivos. Contudo, muitos dos pontos positivos surgiram de algumas adversidades que fui encontrando e penso que foi isso que, no final, constitui o mais interessante deste balanço.

Começando por expor os pontos que considerarei menos positivos poderei referir que nos primeiros dias senti o estereótipo de ser uma estagiária, onde apesar de me quererem sempre integrar ao máximo na equipa, a verdade é que sentia muitas vezes a ideia de que, por ser apenas estudante, tinham que me ensinar até as atividades mais simples. Tal como referido anteriormente, consegui sempre tirar o melhor partido dessas situações e julgo que fui conquistando o meu lugar pelo trabalho que ia realizando. No último mês do estágio senti um grande prazer em trabalhar neste serviço, tendo consciência de que me enquadrava bem no mesmo. Nesta questão destaco o apoio dado pelo Dr. João Pedro Frutuoso que sempre me ajudou quaisquer que fossem as minhas dúvidas.

Outras das questões menos positivas resulta da aglutinação que mencionei entre os serviços de RI e o de Protocolo. Sendo eu uma aluna de Relações Internacionais, muito do meu trabalho neste departamento prendeu-se com a área protocolar. Mais uma vez, o que à partida poderia ser um fator desmotivante tornou-se exatamente o contrário, pois, mais uma vez, senti que estava a aprender novos conhecimentos dos quais não tinha praticamente qualquer referência. Aliás, foi neste âmbito que confirmei que todas as tarefas de Relações Internacionais numa Câmara Municipal estavam, de alguma forma, vinculadas à área do Protocolo, mas que o contrário poderia nem sempre se verificar.

A última das questões menos positivas foi o facto de não poder ter levado para o local do estágio um projeto específico. Durante o momento da entrevista mencionei que talvez fosse proveitoso os munícipes, e não só, terem uma ideia acerca das atividades que vão ocorrendo na área protocolar e das RI dentro da Câmara Municipal. À época disseram-me que o objetivo da equipa da DMRIP era exatamente a descrição do seu trabalho, algo que compreendi durante os três meses de estágio.

Do lado positivo estão sem dúvida, dois grandes pontos: as pessoas que conheci e tudo o que aprendi.

Apesar de ter mencionado que no início algumas pessoas se mostraram um pouco relutantes com a minha chegada, posso também concluir que para além de ter feito algumas amizades, o que ajudou em muito a tirar o máximo partido do meu estágio, foram essas mesmas pessoas que me ajudaram a sair do serviço de RI e Protocolo com uma bagagem intelectual e profissional muito maior do que no momento em que entrei. Aprendi como o Protocolo é tão importante, e como qualquer detalhe não pode ser esquecido nem menosprezado. Aprendi que o trabalho de equipa é muito importante, e que se todos fizerem a sua parte, o resultado final é ainda melhor. Tive oportunidade de aprender como funcionam diversos programas, como o *Prezi*, o *Microsoft Office Publisher* ou até mesmo aprender todas as especificidades do *Microsoft Office Excel*. Por fim, pude aprender também que, aquilo que o público apenas vê como uma cerimónia solene bonita e harmoniosa, exigiu aos funcionários meses de trabalho e dedicação.

Desta forma, posso concluir, tal como disse inicialmente, que o balanço é muitíssimo positivo. Para isso, bastou apenas que perante algumas dificuldades que foram surgindo, fosse sempre capaz de ver o lado bom e, quem sabe, tudo isso não fez de mim uma melhor profissional no futuro.

O trabalho que esta equipa desenvolve é bastante desafiante e, mesmo depois de vários dias ou semanas de preparação para um evento que durará apenas algumas horas, o resultado final traz um sentimento de realização e de vontade em repetir toda a experiência. É exatamente dessa forma que poderia caracterizar o meu estágio: a vontade que teria em repetir o mesmo.

Bibliografia

Monografias

Dicionário Integral da Língua Portuguesa 2009, 1ª ed., Texto Editores, Lisboa. 294

Lafuente, Carlos Fuente 2006. *Protocolo Oficial: Las Instituciones españolas del Estado y su ceremonial*, 3ª ed, Madrid, Ediciones Protocolo.

Lopes, Lídio 2009. *Protocolo Autárquico*, Lisboa, Alêtheia Editores.

Moreira, Adriano 1999. *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Editora Almedina.

Pinto, José Lima de Sousa 1990. *Monografia dos Paços do Concelho da Cidade do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

Santos, Victor Manuel Ferreira Marques 2007. *Introdução à Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Serrano, José de Bouza 2011. *O livro do Protocolo*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Sousa, Fernando (coord.) 2013. *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, Porto, CEPESSE.

Sousa, Fernando de (org.) 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, CEPESSE. 159.

Sousa, Fernando; Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B. (coord.) 2012. *Os Paços do Concelho do Porto*, Porto, CEPESSE

Artigos científicos

Cardim, Pedro 2004. “A Prática Diplomática na Europa do Antigo Regime”. In RODRIGUES, Luís Nuno; MARTINS, Fernando (ed.) “História e Relações Internacionais: Temas e Debates”. Lisboa: Edições Colibri. 11-54.

Webgrafia

Decreto-Lei n.º 150/87. D. R. I Série. 74(1987-03-30) 1266-1267. [disponível em

<https://dre.pt/application/file/a/666620>]

Lei n.º 169/99. D.R. I Série. 219(1999-09-18) 6436-6457. [disponível em <https://dre.pt/application/file/a/569818>]

Lei n.º 40/2006. D.R. I Série. 164(2006-08-25) 6185-6190. [disponível em <https://dre.pt/application/file/a/540696>]

Lei n.º 75/2013. D.R. I Série. 176(2013-09-12) 5688-5724. [disponível em <https://dre.pt/application/file/a/499961>]

Anexos

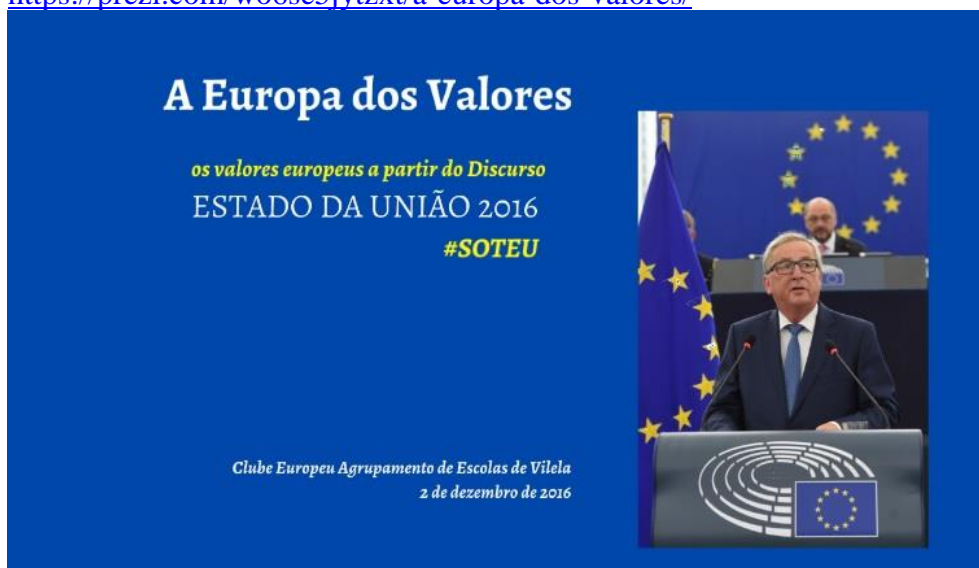
Anexo 1

“A Europa dos Valores” na Escola Secundária de Vilela, 2 de dezembro de 2016.



Fonte: Foto tirada por um responsável da Escola Secundária de Vilela, Paredes;

Apresentação *Prezi* para “A Europa dos Valores” na Escola Secundária de Vilela, 2 de dezembro de 2016. Apresentação completa disponível em <https://prezi.com/wo6se5jytzxt/a-europa-dos-valores/>



Fonte: *Prezi* elaborado pela autora;

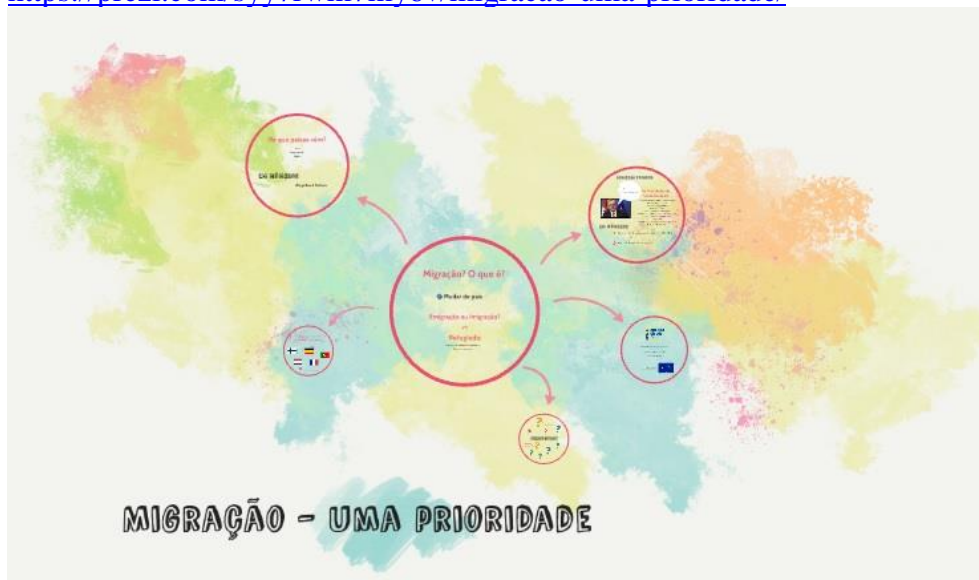
Anexo 2.

“Emigração – Uma Prioridade” no Gabinete do Município, 17 de janeiro de 2016. Vídeo do evento disponível em <https://youtu.be/SPZMF2YduL8>



Fonte: Fotografia de Filipa Brito, funcionária da Câmara Municipal do Porto;

Apresentação *Prezi* para “Emigração – Uma Prioridade” no Gabinete do Município, 17 de janeiro de 2016. Apresentação completa disponível em <https://prezi.com/syy7rwm7my6v/migracao-uma-prioridade/>



Fonte: *Prezi* elaborado pela autora;

Anexo 3

“A Europa vai à Escola Básica de Agrela e Vale do Leça”, 5 de janeiro de 2017.



Fonte: Fotografia retirada do arquivo do *Europe Direct Porto*

Anexo 4

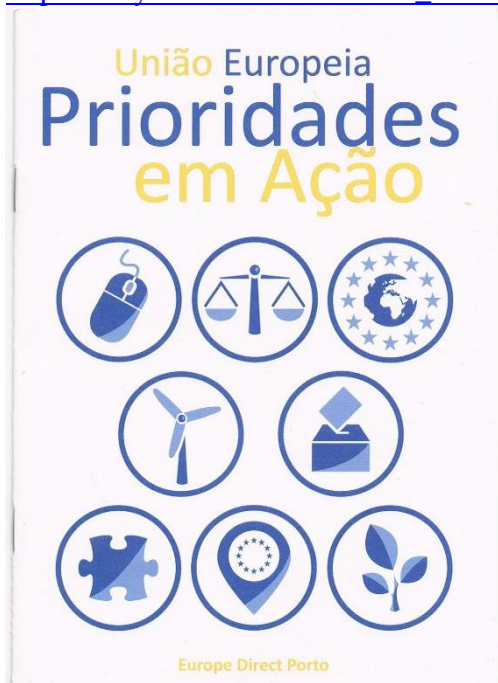
Screenshot do vídeo #AEuropaPertodeMim. Vídeo completo em <https://youtu.be/982uAT6rkec>



Fonte: Imagens captadas pela Triciclo - Social Media, Marketing Digital e Três Rodas e usadas pela Câmara Municipal do Porto no âmbito da divulgação do centro de informação *Europe Direct Porto*;

Anexo 5

Publicação *Prioridades em Ação*. Disponível em http://bit.ly/PrioridadesEmAcao_ebook



Fonte: Publicação elaborada pela autora em conjunto com *Europe Direct Porto*;